



Anais da Assembléia

N.º 108

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1983.

QUINTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Ervin Bonkoski, secretariada pelos senhores deputados Rubens Bueno e Márcio Almeida.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cafo Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ervin Bonkoski) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução nº 44/83, de sua autoria, que autoriza a Mesa, promover, em caráter experimental, estágios de trabalho, em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ensinando os 37º anos de fundação da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná, que transcorre no dia de hoje, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja sugerido ao prefeito Municipal de Curitiba e ao secretário da Cultura e do Esporte do Paraná, uma atenção especial

àquela Entidade, através da inclusão preferencial da referida Orquestra nas programações e promoções culturais oficiais, e pertinentes, de suas competências, contribuindo para a preservação desse importante patrimônio artístico e cultural, evitando, assim, o seu desaparecimento.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor governador do Estado, no sentido de que seja autorizado estudos objetivando avaliar a possibilidade de se destinar recursos financeiros para a construção da BR-158, que liga o município de Roncador ao município de Campo Mourão.

De iniciativa do excelentíssimo senhor vereador Joaquim Rodrigues da Silva, tal reivindicação, está baseada na possibilidade do governo estadual vir a realizar empréstimos junto ao Banco Mundial, cuja parcela de recurso, segundo o vereador, poderia ser destinado à construção da referida obra.

Pelas razões expostas, torna-se ideal que seja dado o devido encaminhamento, visando encontrar a melhor forma de assegurar a construção da BR-158 naquela rica e imensa região, aspiração antiga dos moradores de ambas as cidades.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja realizado estudo objetivando viabilizar o envio dos materiais, que seguem em anexo, para o município de Campo Mourão.

Tendo em vista a forte chuva, granizo e vento, que atingiram aquela municipalidade, verificou-se diversos estragos, principalmente na zona rural, danificando bueiros e pontes, bem como na parte periférica da cidade.

Faz-se necessário que medidas sejam urgentemente tomadas, visando assegurar a normalidade das vias e pontes.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja realizado estudo quanto à viabilidade de se enviar recursos para o município de Terra Boa.

Em virtude das chuvas torrenciais ocorridas recentemente naquela região, havendo em consequência disto, grandiosos estragos materiais, em especial no que diz respeito às pontes em diversas vias de ligação nas adjacências de Terra Boa.

Constituída por características eminentemente agrícolas, que são esteios da própria economia de Terra Boa, vê-se atualmente ameaçada ante as péssimas e até inexistentes condições de tráfego nas estradas.

De iniciativa do prefeito de Terra Boa, através de correspondência enviada, a qual salienta também os transtornos ora verificados.

Pelas razões expostas, torna-se necessário que o encaminhamento prático aconteça o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja realizado estudo quanto à viabilidade de se enviar recursos para o município de Mamborê.

Em virtude das chuvas torrenciais ocorridas recentemente naquela região, havendo em consequência disto, grandiosos estragos materiais, em especial no que diz respeito a pontes em diversas vias de ligação nas adjacências de Mamborê.

Constituída por características eminentemente agrícolas, que são esteios da própria economia de Mamborê, se vê atualmente ameaçada ante as péssimas e até inexistentes condições de tráfego nas estradas.

De iniciativa do prefeito municipal de Mamborê, através de correspondência enviada, a qual salienta também os transtornos ora verificados.

Pelas razões expostas, torna-se necessário que o encaminhamento prático aconteça o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja realizado estudo quanto à viabilidade de se enviar recursos para o município de Peabiru.

Em virtude das chuvas torrenciais ocorridas recentemente naquela região, havendo em consequência disto, grandiosos estragos materiais, em especial no que diz respeito a pontes em diversas vias de ligação nas adjacências de Peabiru.

Constituída por características eminentemente agrícolas, que são esteios da própria economia de Peabiru, vê-se atualmente ameaçada ante as péssimas e até inexistentes condições de tráfego nas estradas.

De iniciativa do prefeito peabiruense em exercício, João Carlos Klein, através de correspondência enviada, a qual salienta também, os transtornos ora verificados.

Pelas razões expostas, torna-se necessário que o encaminhamento prático aconteça o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo senhor doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, DD. secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando as providências necessárias no sentido de que seja criado, com a máxima brevidade, um Posto de Identificação no município de Pranchita.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O município de Pranchita, recentemente desmembrado de Santo Antônio do Sudoeste e instalado no início deste ano, conta já com uma população de aproximadamente 18 mil habitantes, estando em franco desenvolvimento.

Assim, nada mais justo do que dotá-lo de um Posto de Identificação, o que virá ao encontro dos interesses dos municípios, propiciando-lhes maiores facilidades na aquisição de documentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a vossa excelência, após ouvido o douto Plenário, que se envie expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, solicitando seus esforços no sentido de instalar no município de Imbituva, uma unidade veterinária para atendimento regional.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

JUSTIFICATIVA:

A região abrangendo os municípios de Imbituva, Ipiranga e Ivaí encontram-se em franco desenvolvimento na pecuária, para que seja aprimorado e incentivado o uso de técnicas adequadas, visando um crescimento ordenado, faz-se necessário a instalação de uma unidade veterinária em Imbituva, cujo atendimento seja extensivo aos demais municípios citados, por apresentarem características semelhantes, no que diz respeito à pecuária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, reiterando pedido para a implantação da comarca de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme justificativa apresentada em requerimento anterior, Rio Branco do Sul é um município que vem crescendo a cada dia que passa e já está a merecer tornar-se sede de comarca, como é desejo de toda a sua população.

Trata-se de benefício de real importância para aquela cidade e adjacências, que se sentem por demais prejudicadas pela falta de um melhor atendimento no setor.

A implantação da sede de comarca em Rio Branco do Sul virá, em momento oportuno, possibilitar a descentralização e proporcionar maior rapidez no desfecho dos interesses daquela população no que se refere ao Judiciário.

Por este motivo, e por estarmos recebendo diariamente pedidos da população e das autoridades daquela cidade, é que pelo presente, solicitamos seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, reiterando pedido para a implantação daquela comarca.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos visando a construção de uma ponte ligando os Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, sobre o Rio Paraná, entre o Porto Felício e Porto Caiuá.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA: Conforme é do conhecimento de todos, o tráfego existente entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul, tem sido um dos maiores, principalmente no que concerne ao escoamento da produção do vizinho Estado para exportação, através do porto de Paranaguá.

Infelizmente, esse escoamento da grande produção agrícola do Mato Grosso do Sul tem sido prejudicada tendo em vista que ainda não existe uma ponte que ligue o Paraná àquele próspero Estado.

Assim sendo, grande parte da produção que poderia muito bem passar pelo território paranaense, tem se destinado a outros Estados, causando com isto grandes prejuízos para o Paraná.

Além de proporcionar indiscutíveis benefícios a todos os paranaenses, a construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, também proporcionaria reais benefícios principalmente para a região Noroeste Paranaense que passaria a receber um fluxo maior de viajantes, comerciantes e produtores.

Efetivamente, a construção dessa ponte viria aumentar em muito o progresso e o desenvolvimento dessa vasta região do Paraná e, acima de tudo, proporcionaria também grandes benefícios econômicos para o Estado.

Esse melhoramento, que é sonho acalentado pela população daquela região há muito tempo, poderia, até mesmo, ser construída sob um regime de CONCESSÃO para não onerar os cofres públicos do Paraná. Mesmo assim, as vantagens dessa construção seriam indiscutíveis tanto para o Paraná como para o Mato Grosso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, **R E Q U E R** à Mesa, ouvido o Plenário, seja remetido expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que, nos dissídios coletivos de trabalho ou reajustes salariais que envolvam os funcionários das empresas estatais de jurisdição estadual, seja acatada a legislação trabalhista anterior ao Decreto—Lei n.º 2.045, permitindo o reajuste dos vencimentos e salários ao nível da Lei Federal n.º 6.708/79.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA: Como justificativa, além do discurso anexo, pronunciado em sessão desta data, destacam-se:

1- A Delegacia do Ministério do Trabalho no Rio Grande do Sul está adotando o entendimento de que os limites fixados pelo Decreto—Lei 2045, referem-se a pisos salariais mínimos e, portanto, aplica os índices da legislação anterior.

2- A Justiça do Trabalho de Pernambuco, acaba de julgar dissídio coletivo dos trabalhadores na indústria canavieira e adotou critérios de reajuste de 100%;

3- A Justiça do Trabalho do Paraná, em julgamento desta semana, acaba de decidir que o Presidente da Rede Pública não pode legislar por decreto-lei em matéria salarial, por ferir mandamento constitucional.

Portanto, essa série consistente de decisões da justiça trabalhista mostra que o Decreto—Lei 2045 não tem validade jurídica, por ferir princípio constitucional, representando uma tentativa de prolongamento da situação de arbítrio em que o Poder Executivo se investia, ilegitimamente na função legislativa e, que, portanto, o Governo do Estado do Paraná deve negar expressamente validade aos efeitos daquela pretensa legislação repudiada pela vontade e pelas lideranças políticas nacionais.

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 153/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDA-

ÇÃO HOSPITALAR DO TRABALHADOR RURAL DE SÃO JORGE, com sede e foro no Município de São Jorge do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA: A Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de São Jorge, entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a declaração de utilidade pública em nosso Estado, conforme bem demonstra a documentação que anexamos ao presente.

Com isso estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 154/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "GRANDE LOJA UNIDA DO PARANÁ", Entidade Maçonica, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Riachuelo, n.º 274 - 1.º andar, conj. 03.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA: A Grande Loja Unida do Paraná, é entidade filantrópica, filosófica e cultural, cuja existência não visa benefícios financeiros, mas sim, tem por finalidade a propagação do civismo e o atendimento sócio-educacional dos carentes e desamparados. Promove ainda a assistência moral a quem dela precisar.

A Grande Loja Unida do Paraná, por congregar as Lojas Maçônicas da sua jurisdição é órgão de avantajada abrangência e importância tal que por si só justifica-se sua declaração de utilidade pública.

E com os documentos que instruem o projeto preenchemos os quesitos expressos na Lei n.º 6994, de 10.01.78, não haverá óbices para o que se pretende.

PROJETO DE LEI N.º 155/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o INSTITUTO APOSTOLO SÃO PAULO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA: A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços de assistência social desde 1977, data de sua fundação, junto a comunidade de Arapongas.

A documentação que estamos anexando, comprova o preenchimento dos requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 156/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º — O Estado obriga-se a realizar uma política de prevenção e de tratamento, de educação, habilitação ou reabilitação e integração das pessoas com deficiência, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização de seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais, tutores ou curadores.

Art. 2.º — A noção de pessoas com deficiência, para os efeitos desta lei, abrange as pessoas portadoras de deficiências físicas não sensoriais, deficiências sensoriais (auditivas e visuais), deficiência mental e os portadores de deficiências múltiplas.

Art. 3.º — A política de educação, habilitação ou reabilitação e integração social igualitária deverá proporcionar aos deficientes as condições de adequada formação escolar e profissional e as oportunidades de trabalho e de convívio comunitário, que lhes permitam o pleno desenvolvimento da personalidade.

Art. 4.º — Ao Estado compete fomentar e desenvolver a criação de estruturas adequadas, nomeadamente escolas especializadas e centros de formação e de readaptação profissionais, que assegurem e acelerem a integração social das pessoas com deficiência. Tais escolas e centros serão públicos e gratuitos.

Art. 5.º — O Estado reconhece o valor social da iniciativa particular, estimulando a intervenção das instituições privadas de solidariedade social na prossecução dos objetivos dos artigos anteriores.

Art. 6.º — Em execução do estabelecido na presente Lei, o Estado promoverá a gradual concretização e adequação dos direitos reconhecidos às pessoas com deficiência.

Art. 7.º — Fica criado o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, a quem incumbe:

I — Assegurar às pessoas com deficiência a efetiva realização de seus direitos.

II — Promover, coordenar, manter, desenvolver a ação de consciencialização da sociedade quanto aos fins e meios necessários à educação, habilitação ou reabilitação e integração social igualitária dos deficientes.

III — Estimular e desenvolver, por todos os meios necessários, as iniciativas públicas ou privadas em matéria de:

- Pré-Educação;
- Readaptação funcional;
- Reeducação profissional;
- Readaptação profissional;
- Criação de empregos;
- Segurança e Conservação do emprego pelo trabalhador deficiente;
- Ensino, educação e adaptação ao trabalho de crianças e adolescentes com deficiência.

IV — Reunir todos os elementos de informação por meio de pesquisas e estatísticas sobre a matéria especificada no item anterior, notadamente no que se refira à possibilidade de empregos.

Art. 8.º — O Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, presidido pelo Secretário da Educação ou seu representante, é composto ainda pelos seguintes membros:

- a) Secretário da Saúde e Bem-Estar Social ou seu representante;
- b) Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa ou seu representante;
- c) Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa ou seu representante;
- d) Quatro (4) trabalhadores com deficiência ou parentes de pessoas físicas ou mentalmente deficientes;
- e) Oito (8) representantes de associações de deficientes.

Art. 9.º — Os membros do Conselho serão nomeados pelo Governador do Estado, pelo período correspondente ao termo de seu mandato, de lista elaborada pelas respectivas instituições.

Art. 10.º — Compete ao Conselho elaborar o regimento interno até sessenta (60) dias após a posse.

Art. 11.º — O desempenho do mandato do Membro do Conselho é gratuito, proibida a percepção de gratificação ou outra forma de remuneração, e reconhecido como serviço de relevante valor social.

Art. 12.º — Constituem direitos do Conselho de Habilitação ou Reabilitação e Integração Social:

I — Participar na formulação da política estadual de prevenção e de tratamento, habilitação e integração dos deficientes e de planos ou projetos que contemplem o respectivo setor;

II — Participar na fiscalização e controle da execução de planos e medidas administrativas que visem satisfazer os interesses das pessoas com deficiência;

III — Pronunciar-se por sua iniciativa, ou sob consulta do governo, sobre as providências necessárias ao desenvolvimento do ensino especial, da formação cultural, técnica e desempenho profissional das pessoas com deficiência;

IV — Participar, junto aos poderes públicos em nível consultivo, da elaboração da legislação estadual no que respeita à política de prevenção e de tratamento, habilitação e integração das pessoas com deficiência;

V — Receber todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade.

Art. 13.º — O Conselho será coadjuvado por um grupo permanente de funcionários administrativos, técnicos e especialistas, encarregado de estudar todas as questões que lhe sejam submetidas, exercer a Secretaria do Conselho e dar publicidade às suas atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO — Não serão criados cargos nem empregos para os fins deste artigo.

Art. 14.º — O Conselho reunir-se-á pelo menos seis vezes ao ano, por iniciativa de seu presidente.

PARÁGRAFO ÚNICO — Poderá ainda ser convocado extraordinariamente pelo seu presidente, ou o requerimento de um terço de seus membros, para se ocupar de assuntos específicos.

CAPÍTULO II

DA CRIAÇÃO DE EMPREGOS RESERVADOS

Art. 15.º — Fica assegurado que do quadro de servidores ou empregados da Administração Indireta do Governo do Paraná façam parte pessoas com deficiência, com os direitos e os deveres consignados na Lei, com vista a concretização pelo Estado do direito da pessoa com deficiência ao trabalho.

Art. 16.º — Os órgãos compreendidos na Administração Indireta são obrigados a, com prioridade, empregar pessoas com deficiência, ocupando-se no percentual mínimo de cinco (5) por cento de seu quadro permanente de empregados ou servidores técnicos e administrativos, dando-lhes atividades adequadas à sua condição.

PARÁGRAFO ÚNICO — Incumbe aos órgãos referidos neste artigo assegurar estrutura técnica adequada que permita a realização e o desenvolvimento dos meios necessários à integração ao trabalho das pessoas com deficiência.

Art. 17.º — Até noventa (90) dias após a regulamentação da presente Lei dos órgãos da Administração Indireta apresentarão ao Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social número de empregos reservados nos respectivos quadros, e relacionarão as medidas previstas para assegurar aos deficientes o acesso ao trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO: Anualmente, os órgãos da administração indireta remeterão, ao Conselho, assento ou ficha funcional, por pessoa deficiente, onde constarão obrigatoriamente:

- a) data de admissão, cargo ou função que desempenha;
- b) remuneração e tempo de serviço.

Art. 18.º — As entidades da Administração Indireta, através de declaração especial, comunicarão ao Conselho a existência de vaga no emprego reservado, bem como a existência de emprego qualquer, quando o percentual da entidade empregadora

tenha sido atingido.

Art. 19.º — No prazo de dez (10) dias de recepção da declaração especial, o Conselho apresentará à entidade empregadora candidato ao emprego.

PARÁGRAFO ÚNICO — Na falta de candidato, a entidade empregadora poderá preencher a vaga com emprego não reservado, fazendo-se compensação, oportunamente.

Art. 20.º — Se a entidade da Administração Indireta se recusar a contratar o candidato sob a alegação de que é portador de deficiência que impossibilite o exercício das funções básicas do cargo ou emprego, será, no prazo de dez (10) dias constituída Junta Médica nos termos do Art. 23 e seus parágrafos, para examiná-lo e emitir parecer conclusivo.

PARÁGRAFO ÚNICO — Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer, no prazo de trinta (30) dias, ao Secretário da pasta a que estiver vinculada a entidade, que decidirá, ouvido o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

Art. 21 — O disposto neste Capítulo aplica-se por igual à Administração Direta, que reservará, com prioridade, empregos aos deficientes em percentual a ser fixado pelo Secretário da Administração, de modo a assegurar-lhes o direito ao trabalho em condições de exercer uma profissão.

CAPÍTULO III

DO EXAME MÉDICO PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA APROVADA EM CONCURSO

Art. 22 — Por ocasião dos exames médicos pré-admissionais em pessoas com deficiência, nomeados em virtude de aprovação em concurso público de qualquer natureza, será observado, como princípio, a necessidade de integração do candidato no serviço público, sempre que a deficiência de que seja portador, não impossibilite, na época do exame, o exercício das funções básicas do cargo.

Art. 23 — Na hipótese de o deficiente ser considerado inapto, o órgão que realizou a inspeção constituirá, de ofício, no prazo de trinta (30) dias, junta Médica para os exames a que se refere o artigo anterior, comunicando o fato ao Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

§ 1.º — Da Junta Médica farão parte, no mínimo, um (01) médico clínico, dois (02) médicos especialistas na deficiência de que é portador o candidato e um (01) médico com conhecimentos da reabilitação da mesma deficiência.

§ 2.º — É facultado ao candidato indicar um (01) médico a seu critério, para integrar a Junta Médica.

Art. 24 — Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer no prazo de trinta (30) dias, ao Secretário da Administração, que decidirá, ouvido o Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social.

Art. 25 — O Poder Executivo, regulamentará a presente Lei no prazo de cento e vinte (120) dias.

Art. 26 — A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) MÁRIO ALMEIDA

(Exposição de motivos feita em Plenário).

PROJETO DE LEI N.º 157/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os proprietários rurais cujas terras confrontam com rodovias pavimentadas ficam obrigadas a, num prazo de dois anos, plantar na face fronteira do terreno, ao menos uma fileira de Pinheiro-do-Paraná ou Erva-Mate.

Art. 2.º — A Secretaria de Estado da Agricultura, providenciará, dentro de um prazo de um ano de vigência desta Lei, a

distribuição de sementes a preço de custo aos interessados, bem como, lhes fornecerá as instruções necessárias ao plantio.

Art. 3.º — As árvores plantadas em obediência a esta Lei, se constituirão em patrimônio paisagístico do Estado, sendo vedado o seu abate sem prévia justificativa junto ao órgão competente da SEAG, e mediante o expresse compromisso de reposição.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA: É por demais conhecida a prática utilizada em estâncias hidrominerais e cidades turísticas de embelezar suas vias da comunicação com obrigatoriedade dos confrontantes em manter divisas e jardins dentro das normas estabelecidas pela Administração Pública. Tal prática, que se revela bem pouco onerosa para os proprietários, produz um indiscutível efeito estético, sem mencionar o aspecto mais importante que é o da preservação ecológica de espécies ameaçadas de extinção.

Diversos países da Europa, com área semelhante à do Paraná, tem disposições bem rígidas a esse respeito.

No que respeita ao nosso estado, no entanto, aliado ao efeito paisagístico ímpar que seria obtido e, considerando-se o inquestionável efeito estético, teríamos ainda a vantagem de ver, pelo menos nas áreas marginais e confrontantes com as rodovias pavimentadas um colar de maravilhosas árvores nativas, quebrando a monotonia da paisagem devastada pelo uso intensivo da propriedade rural em atividade produtora e, muitas vezes, predatória.

Do ponto de vista agrônomo, como ocorre em diversas regiões da França e dos Estados Unidos da América do Norte, o colar de árvores assim produzido ainda terá a inquestionável vantagem de servir como quebra-ventos, amenizando os efeitos extremados de fatores meteorológicos adversos.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. deputado Gabriel Manoel, inscrito. Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, sr. deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. presidente, srs. deputados.

Segundo dados oficiais, a população brasileira, de 1981 até o ano passado, empobreceu de forma acentuada, em particular as classes de renda mais baixa.

De acordo com o IBGE, os brasileiros que ganhavam até meio salário mínimo, passaram em apenas um ano, de 7,5 milhões, para mais de 10 milhões.

Segundo a mesma fonte, os que recebiam até um salário mínimo mensal, em número superior a 10 milhões, no ano passado chegaram a quase 12 milhões de trabalhadores.

Isto quer dizer que, em apenas um ano, repetimos, os brasileiros que sobrevivem com até um salário mínimo por mês, totalizam quase 22 milhões, ou seja, quase 1/5 de toda a população brasileira.

Estes dados do IBGE, estarrecedores sem dúvida, devem ser comentados e divulgados nesta hora em que se pretende modificar arbitrariamente a legislação salarial, em prejuízo da classe trabalhadora.

Arbitrariamente, repetimos, pois a política salarial anterior foi aprovada por ato do Congresso Nacional, e só pelo Parlamento deveria ser modificada. Legislar sobre salários através de Decretos-Leis não é prerrogativa do Executivo e o Presidente da República deve saber disso, tanto que o anúncio do famigerado 2045 foi feito pelo general Secretário do Conselho de Segurança Nacional, numa evidente tentativa de intimidação.

Senhor presidente, senhores deputados.

A rejeição do Decreto-Lei 2024, na última 4.ª feira, constituiu um marco decisivo na afirmação do Congresso Nacional e

na luta pela redemocratização do País.

Pela primeira vez, falhou a velha tática do decurso de prazo. Cabe aqui reconhecer também a postura digna dos 11 parlamentares do PDS, que permaneceram no plenário, votando contra uma matéria que não era do interesse dos trabalhadores.

Em razão da absurda distribuição de renda em nosso País, evidenciada mais uma vez pelos dados que o IBGE acaba de divulgar, caberia ao governo, por coerência, tomar a iniciativa de retirar imediatamente de votação o Decreto-Lei 2.045. Ou será que o que pretende o governo e o partido da situação é transformar os pobres brasileiros cada vez em maior número de miseráveis?

O único argumento apresentado pelo governo até agora em favor do achatamento salarial é a necessidade de se brejar a inflação e o déficit público.

Isto não convence. O déficit público, em particular nas empresas estatais pode ser objeto de um só decreto específico, dirigido contra as regalias principalmente hoje concedidas a diretores e altos funcionários dessas empresas.

Quanto à inflação, é sabido que os salários são os menos culpados. Ou será que são os mais de 22 milhões que ganham até um salário mínimo que inflacionam a economia e que com a fortuna mensal pouco superior a 30 mil cruzeiros estão "comprando adoidados", para citar textualmente a frase infeliz do ministro Camilo Pena.

Senhor presidente, senhores deputados.

A atitude do governo deve ser outra. Só há uma saída. Uma saída negociada para o atual impasse político-econômico em que se encontra o País. Neste caso, todos sairiam vitoriosos.

Nós, do PMDB, estamos prontos para negociar. Mas para negociar em favor dos trabalhadores e da soberania nacional.

Entendimento. Esta deve ser a palavra de ordem.

Assim fazendo, o governo estaria se precavendo de nova derrota parlamentar e não cairia na imprevidência de tentar continuar legislando sobre política salarial através de decretos-leis.

Aliás, por falar em legislar, nunca tão poucos legislaram por decreto, tão mal em tão pouco tempo e desagradando a tantos".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor presidente, senhores deputados.

Nós gostaríamos de usar a palavra, no Grande Expediente, mas como não havia condições, nós vamos tentar no Pequeno Expediente, mostrar a esta Casa a nossa revolta pelo ofício que recebemos do presidente do Conselho Nacional do Petróleo, general Oziel Almeida Costa, no nosso entendimento, tão lacônico e convincente como aparentemente despreocupado com as motivações sociais que embasaram aquele apelo não só meu, mas encampado por toda a Casa, no sentido de que fosse vendido óleo Diesel ao transporte coletivo em todo o País, como forma de amainar uma das mais pesadas cargas no orçamento do trabalhador brasileiro.

Peço vênica para proceder rapidamente a leitura. Diz o general:

"Cumpra esclarecer que, 88 por cento do atual preço da venda do óleo Diesel ao consumidor, corresponde a custos do petróleo, produção dos derivados e sua comercialização em todo o território nacional, e, 11,84 por cento em encargos fiscais e parafiscais, quota de previdência, 1,80 por cento, imposto único 1,46 por cento PIS-PASEP, 2,09 por cento, Finsocial 1,47 por cento e Fundo de Mobilização Energética, 5,02 por cento.

Cabe esclarecer ainda, que, a frota nacional de ônibus existente no País responde por um consumo anual que gira em torno de 2 bilhões, 300 milhões de litros de óleo Diesel, o que

torna impeditivo qualquer abatimento de preço, de vez que, não existem mecanismos financeiros capazes de absorver o correspondente custeio.

Por outro lado, a Comissão Nacional de Energia decidiu que os preços dos derivados de petróleo, destinados ao mercado interno de consumo devem expressar integralmente os custos de petróleo importado e a política de desvalorização cambial reconheceu, como não poderia deixar de reconhecer, que, a era do petróleo barato, acabou.

A mesma CNE reconhece também, que, subsídios conjunturais visando favorecer setores ou classes de consumidores de combustíveis, resultam em fatores inflacionários de difícil e dolorida eliminação.

Na oportunidade, reitero a vossa excelência, protestos de estima e consideração".

Considerações as mais infantis, senhor presidente e senhores deputados.

Quanto ao final do seu ofício, "na oportunidade reitero a vossa excelência os protestos de consideração e apreço", ora! Senhor presidente, senhores deputados, infelizmente não acreditamos sequer na consideração, quanto mais na estima penhoradas pelo general Oziel Almeida Costa, porque a sua resposta a esta Casa foi altamente insatisfatória.

Primeiro, S.S. indica mal o custo real do óleo Diesel, embulhando, o preço, com o de derivados de comercialização. A questão é muito mais complexa porquanto sabemos, hoje, que, para efeito de tais cálculos foi alinhado um cálculo global, não expressando exatamente o custo do litro do Diesel oriundo do refino de petróleo importado, ou daquele extraído das reservas nacionais. Mesmo que assim não fosse, reconhece o senhor presidente do Conselho Nacional do Petróleo, a incidência de 11,84 por cento de encargos fiscais e parafiscais, onerando o preço do produto. Ainda há uma alíquota de 5,2 por cento para o Fundo de Mobilização Energética. Ora! Esse fundo, se abstraído, poderia representar um barateamento de 10 cruzeiros, em litro de óleo Diesel. Para um total de 2 bilhões e 300 milhões de litros que são o consumo anual, já se pode perceber que o volume de dinheiro permaneceria com a população, que é quem paga integralmente tal custo. Seriam nada menos do que 20 bilhões e 300 milhões de cruzeiros.

Se abolida toda a carga fiscal, esse montante seria mais que dobrado. E temos absoluta certeza que, os dados fornecidos pelo presidente do Conselho Nacional do Petróleo são falhos, desde que estima custos de outros derivados e presume custos de comercialização, quando a entrega das quotas das empresas de transporte de passageiros é feita a granel.

Nós entendemos, senhor presidente, senhores deputados, que, um ponto realçante do nosso anterior pronunciamento foi o seguinte:

"Na atual sistemática as empresas de transporte coletivo como concessionárias de um serviço de utilidade pública, são meras intermediárias entre a população e as multinacionais. Essas empresas arrecadam, diariamente, o dinheiro do povo e o repassa para as indústrias de carrocerias, pneus, acessórios e distribuidores de combustíveis. Como o governo não mostra nenhum interesse em fiscalizar os preços desses insumos do transporte, nem oferece condições diferenciadas nos preços dos combustíveis, o povo vem sendo sacrificado pagando um transporte de custo muito superior ao seu poder aquisitivo.

Revelando grande frieza e insensibilidade pública, o presidente do Conselho Nacional do Petróleo sequer mencionou tais aspectos. E, impropriamente, revela que todos devem se conformar que o petróleo é caro. É que não é possível favorecer classes, ou setores. Não entendeu, esse senhor general Oziel Almeida Costa, que, os setores e classes são nada menos que a totalidade da população brasileira que se utiliza de transportes coletivos, e esta representa esmagadora maioria da Nação brasileira.

Temos sincera expectativa que outras autoridades federais respondam com maior urbanidade, espírito público e interesse a questão levantada por esta Assembléia Legislativa. E para motivar que essas respostas sejam talvez aceleradas, solicitamos à Mesa, ouvida a Casa, sejam encaminhadas cópias deste pronunciamento de hoje, às outras autoridades que da primeira manifestação haviam sido comunicadas, e, ao senhor presidente do Conselho Nacional do Petróleo.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1983."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Há uma semana atrás, a Nação recebia, com entusiasmo e alegria, a manifestação, firme e decidida, do Congresso Nacional de rejeitar o Decreto-Lei nº 2.045.

Como afirmou o líder sindical Joaquim Dos Santos Andrade, naquela memorável noite o Congresso Nacional começou a resgatar a sua autoridade e suas prerrogativas.

Em meio ao júbilo geral, a Nação foi surpreendida com as declarações do senhor Donald Regan, secretário do Tesouro dos EUA, que de forma inoportuna e injustificada, declarou que o Congresso Nacional deve aprovar o Decreto-Lei nº 2.045.

Como afirmou o senador Aloísio Chaves, líder do PDS no Senado Federal, tal intromissão em assuntos internos da Nação é absolutamente inaceitável.

É crescente o clamor nacional contra o novo e insuportável arrocho salarial imposto pelo Decreto-Lei nº 2.045. A justificativa de que a redução dos salários visa combater a inflação e ao desemprego não convence a mais ninguém.

Quase um ano de tutela do FMI, de recessão deliberadamente provocada e de arrocho salarial estão levando o País ao fundo do poço e já beirando a explosão e a convulsão social. Que, a ninguém interessa. Está claro para a Nação que a política implementada pelo senhor Delfim Netto, hoje mero estafeta do Fundo Monetário Internacional, ao contrário de combater a inflação e o desemprego, só levam a um agravamento do quadro. O desemprego não cede um milímetro, pelo contrário, avança; a inflação escala o pico em direção aos 200 por cento; a temperatura se eleva, cresce a tensão na sociedade e o tecido social aproxima-se perigosamente da ruptura.

A recente manifestação dos governadores dos três Estados do Sul, contra o 2.045, apenas expressa o sentimento geral da Nação. É hoje exigência de trabalhadores e empresários, civis e militares, políticos de todos os partidos, a rejeição pelo Congresso Nacional do decreto arrocho.

O que o Brasil deseja é somar forças para combater o grande inimigo da Nação: a recessão, insana e suicida, imposta pelo FMI e com o único intuito de atender aos interesses dos banqueiros internacionais. É urgente e inadiável o atendimento do clamor nacional por mudança na política econômica. Mais do que nunca, é preciso retomar o crescimento econômico. O Brasil deve romper os acordos firmados com o FMI, declarar a moratória, com a suspensão dos pagamentos dos juros e do principal da dívida externa, e estabelecer uma negociação soberana de nossa dívida.

A Nação não aceita o arrocho, bem como não admite negociar a soberania e a dignidade nacional. A inequívoca manifestação de todos os segmentos da nacionalidade e a postura, que por certo, prevalecerá no Congresso Nacional serão a demonstração firme e decidida em defesa da soberania e da independência nacional.

Eis por que estamos encaminhando à mesa requerimento no sentido de que o senhor governador do Estado, doutor José Richa, determine a todas as estatais paranaenses, inclusive às

empresas de capital misto, que nos dissídios coletivos de trabalho que envolvam os seus funcionários seja acatada a lei anterior à 2.045, antecipando desta feita a decisão que o Congresso Nacional haverá de tomar expressando a vontade, a independência e a soberania da Nação, rejeitando de forma firme e intransigente o infame Decreto-Lei nº 2.045."

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Qual seria a reação de um consumidor ao saber que quando paga antecipadamente por um produto está pagando mais caro do que aquele que paga a longo prazo e recebe o produto imediatamente?

A reação seria de, no mínimo, revolta.

Muito bem. Numa época em que muito se fala em defesa do consumidor, e até organismos públicos e comunitários são criados para esse fim, temos a obrigação de denunciar sempre que o consumidor estiver sendo lesado. Da mesma forma, não devemos esquecer que USUÁRIO também é um CONSUMIDOR. Consumidor de serviços, especialmente serviços públicos, pelos quais paga caro e, via de regra, é mal atendido.

A TELEPAR — Telecomunicações do Paraná Sociedade Anônima — vem adotando um sistema que lesa frontal e inexplícitamente os compradores de telefones. O critério que determina os preços é simplesmente absurdo, injusto.

Quem compra um telefone — ou faz uma assinatura, para usar a linguagem específica — pode ter a linha instalada imediatamente ou esperar dois anos, no mínimo. E por mais curioso e paradoxal que possa parecer, quem espera dois anos paga mais caro.

Se o terminal comprado for no centro é instalado em no máximo 20 dias. Pode ser até em dois dias. Nesse caso o assinante vai pagar, se parcelar em seis vezes, uma parcela à vista no valor de 103 mil 588 cruzeiros, e deve acrescentar mais 35 por cento a partir de 1.º de outubro, e mais cinco parcelas iguais.

Se o terminal for na estação prefixo 266, por exemplo, que fica além do bairro Capanema, o assinante não terá telefone antes de dezembro de 1984. E sabem quanto pagará, no caso de 6 prestações? 111 mil 150 cruzeiros por mês.

Dei aqui apenas um exemplo de parcelamento, mas pode ser em 12, 18, 24, 30 e até 36 meses. A disparidade é a mesma.

Entendo que quem paga agora e só recebe o aparelho instalado no final do ano que vem deveria pagar menos, afinal está pagando ANTECIPADAMENTE...

Todavia, como a Telepar é uma empresa do sistema Telebrás, e portanto do governo federal em termos de diretrizes e normas, não basta falar aqui, apenas. É necessário que façamos, todos, um esforço para que tal reivindicação chegue consistentemente em Brasília.

A propósito, já que o tema é Telepar, gostaria de contar com o apoio dos senhores deputados para uma outra reivindicação: aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações em nosso Estado. Sabe-se que hoje os paranaenses usuários do serviço telefônico pagam para o Fundo um total que supera os 7 bilhões de cruzeiros por mês, e desse total, volta para cá pouco mais do que um bilhão.

É mais um caso típico de espoliação a que o governo federal submete o Paraná e os paranaenses, isto sem entrarmos no mérito da reforma tributária e, dentro dessas nossas considerações, em termos de preços, sem levar em conta o acréscimo que hoje todos tomaram conhecimento e o povo brasileiro tomou conhecimento de mais 35 por cento a partir do dia 1.º de outubro. Devemos tomar medidas urgentes, devemos nos conscienti-

zar dos espoliamentos do usuário e também do povo do Paraná quanto à remessa do fundo para a Telebrás."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"A intenção do atual Sistema Tributário Brasileiro, ao ser instituído com a reforma de 1965, era conter a inflação e promover o desenvolvimento econômico, através da aplicação de recursos orientados para setores prioritários; no entanto, como é do conhecimento geral, esse sistema falhou, fazendo-se imprescindível, atualmente, uma reformulação que venha atender com medidas concretas, a correção das distorções tributárias, objetivando a distribuição mais equitativa da renda pública entre as várias esferas do governo.

O que se constata, é uma renovada gama de motivos para que haja uma revisão tributária, haja vista o próprio agravamento da crise econômica, em grande parte ocasionada pela má distribuição de renda, que vem atingir de modo particular as classes de baixo rendimento.

Quase vinte anos depois da reforma de 1965, verifica-se o crescente endividamento dos municípios, vítimas das transferências de recursos da União, vinculadas a gastos específicos.

Os municípios ficaram apenas com dois impostos diretos, que por serem de natureza urbana, deles não se beneficia a maioria das comunas, que têm características eminentemente agrícolas. Esta prática, que é vinculada à apresentação prévia dos planos de aplicação, e condicionada à prestação de contas, fere o princípio de autonomia municipal, constituindo obrigação onerosa e complexa.

Exatamente vindo de encontro a esta nossa preocupação, e justificando-a perante a atual conjuntura, tivemos oportunidade de receber ofício da Câmara Municipal de Goioerê, subscrita pelo presidente daquela Casa, excelentíssimo senhor Toshiyuki Koike, o qual nos relata a gravíssima situação financeira que o município atravessa, solicitando nossa mediação junto ao Instituto de Administração Financeira da Previdência Social, bem como à Secretaria de Arrecadação daquele mesmo Ministério, no sentido de equacionar o grande problema das dívidas dos municípios paranaenses para com o IAPAS.

A solução apresentada pela Câmara Municipal de Goioerê, através de seu representante máximo, é que seja estudada uma fórmula que anistie de maneira geral os municípios devedores de seu débito para com o IAPAS. Tal solução surgiu como medida última, tendo em vista que o município de Goioerê está sendo alvo de execução fiscal promovida pelo IAPAS para pagar a importância de aproximadamente duzentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros referentes aos autos números 434, 435 e 437/83, incluídos os honorários advocatícios.

Estas dívidas correspondem a contribuições não pagas por aquela municipalidade por falta de recursos à época dos vencimentos. Aliás, as receitas das prefeituras sempre foram insuficientes para suas despesas correntes. No entanto, a solução desse problema, através do Poder Judiciário, acarretará fatalmente a falência do município o que, a curto prazo, originará outros problemas de consequências imprevisíveis.

Problemas similares a estes estão acontecendo em quase todos os municípios do Estado, a solução mais viável para esse problema específico foi aqui apresentada: anistia das dívidas dos municípios para com o IAPAS, evitando-se assim situações mais problemáticas ainda. No entanto, para se sanar o problema desde as suas origens, estão sendo tomadas a nível nacional, ou seja, no dia 14 de outubro, o senador Passos Porto do PDS de Sergipe dará seu parecer à proposta de emenda constitucional

que prevê mudanças no sistema tributário. Entre os seus vários dispositivos, destaca-se o aumento dos percentuais dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, que proporcionarão o reequilíbrio das finanças destes, com a conseqüente melhoria das condições de vida das comunidades".

Era o que tinha a dizer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Odeni Mongrue.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"A Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná completa no dia de hoje 37 anos de fundação, tempo esse dedicado ao trabalho de promoção e divulgação da música erudita em nosso Estado.

Desde 1958 passou a incluir em sua denominação, o nome desse Instituto de Ensino Superior, atualmente uma das únicas entidades que contribuem para a manutenção da Orquestra, senão a única, permanecendo, porém, com personalidade jurídica própria e com administração independente.

A Orquestra Sinfônica, ao longo destas quase 4 décadas de existência, além do trabalho musical, comporta em seu currículo a efetivação de memoráveis concertos populares em todo o Estado e nas principais capitais brasileiras.

Constituiu, também, um grande acervo instrumental, e uma extensa bibliografia destinada a empréstimo àqueles que procuram o estudo de instrumentos raros e que não podem adquiri-los pelo seu alto custo.

Contribuiu durante esse período para a formação de reconhecidos talentos nos mais diferentes instrumentos, prestando inestimável serviço na reposição e renovação de quadros de instrumentistas para Orquestras no Estado e no Brasil.

Em que pese toda essa atividade cultural, é lamentável que a Orquestra Sinfônica do Paraná, esteja hoje, demonstrando sintomas de estar desaparecendo.

A insuficiência de verbas, quando não a absoluta ausência de recursos financeiros, o esquecimento da Sinfônica nas promoções culturais oficiais do gênero, implicando na falta de oportunidades de apresentação, vem provocando sensível redução nas suas atividades.

A não motivação e a inexistência de infra-estrutura de trabalho, tem propiciado a evasão de talentos jovens e promissores músicos para outras cidades brasileiras e para o exterior em detrimento de nosso próprio desenvolvimento cultural e artístico.

Em um momento de crise econômico-social de larga dimensão, vale destacar que cabe às elites culturais, empresariais e políticas, no exercício de sua competência e responsabilidade, a redefinição e fixação das prioridades da comunidade. Porém, no Paraná, é preciso que a emoção, o pessimismo e a excessiva preocupação com austeridades, não neguem o humano no homem, deixando desassistida uma forma de cultura milenar, considerando-a como um luxo e portanto, supérflua.

Por isto, é necessário uma tomada de posição que se origine dos poderes constituídos a fim de que seja possível manter a Sinfônica do Paraná em atividade constante, preservando, desta forma, um expressivo patrimônio cultural e artístico que pertence a todo o povo deste Estado e a história de Curitiba.

A propósito faço um apelo desta tribuna, à Prefeitura Municipal de Curitiba e à Secretaria de Cultura e Esportes do Paraná que auxiliem na superação das dificuldades enfrentadas pela Sinfônica, incluindo-a preferencialmente, nas programações e promoções culturais oficiais e pertinentes.

A verdade é que parcela da população paranaense endossa essa proposição e pede o cumprimento de parte que cabe às

autoridades constituídas, ou seja: — incentivo, motivação e apoio.

Quanto aos aspectos de administração, de manutenção e de trabalho anônimo e idealista, com certeza os integrantes da Orquestra Sinfônica, harmoniosamente, continuarão cumprindo em favor dessa importante missão de agente divulgador da música erudita no Estado do Paraná.

Finalmente, o testemunho desta Assembléia aos integrantes da Orquestra Sinfônica, de que, este Poder Legislativo, tem consciência do significado e da importância desse trabalho e dará, por certo, o seu empenho para preservá-lo."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

No Paraná, aplicando os parâmetros da Organização Mundial da Saúde, nós temos aqui hoje cerca de 760 mil pessoas com deficiências, distribuídas entre as diversas deficiências, seja mental, física, auditiva ou visual e essa quantidade, que cidadãos paranaenses que enfrentam as dificuldades, desde a educação até o trabalho, na tentativa de superar a desigualdade com que convivem os demais cidadãos paranaenses.

Tendo em vista esta realidade, considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde e da Organização Internacional do Trabalho, as entidades representativas que atuam nesse campo, no campo da deficiência física, mental sensorial, se reuniram por diversas vezes, nos últimos seis meses e elaboraram com a nossa participação o projeto de lei, que nesta data nós damos entrada à apreciação dos senhores deputados da Assembléia Legislativa do Paraná.

Eu gostaria de embasar a justificativa do presente projeto de lei, que reafirmo, não é de nossa autoria exclusiva, mas conforme a própria documentação que a ele está anexada, comprovo a participação efetiva das personalidades e entidades voltadas ao problema.

Está, a partir de hoje, sob a apreciação dos senhores deputados, já escreveu Vital Moreira, eminente jurista português, de que "não basta declarar e reconhecer os direitos do homem, torna-se necessário realizá-los e promovê-los na realidade social e no Estado. Os direitos fundamentais nunca estão integralmente realizados; e a sua realização efetiva está sempre aquém do exigível e do possível.

A própria transformação social, vai exigindo novas garantias, criando novos direitos alargando espaço de realização dos direitos fundamentais."

O presente projeto de lei tem como razão primeira e principal, dar cumprimento ao imperativo constitucional inscrito no Artigo 158 da Constituição Estadual, que diz: (Lê):

"É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

- I — educação especial gratuita;
- II — assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social;
- III — proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV — possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos".

Trata-se, pois, de dar execução à regra constitucional que proclama os direitos da pessoa com deficiência.

Eis aí, portanto, no que se traduz a presente proposta: concretizar a ação social e política do Poder Público no que respeita à educação, habilitação ou reabilitação e à integração social da pessoa com deficiência.

É chegado o momento de explicitar em um diploma legal alguns princípios, algumas soluções que permitam atender às mais prementes necessidades dos deficientes, o que, na verdade, constitui, de há muito uma realidade na generalidade dos países.

Assim já a Organização das Nações Unidas formulou a Declaração dos Direitos do Deficiente (Resolução nº 3.447, de 09 de dezembro de 1.973).

Essa declaração afirma em relação aos deficientes o princípio da igualdade de direitos e o compromisso assumido pelos Estados membros — por força da Carta das Nações Unidas — de promoverem "a melhoria dos níveis de vida, o pleno emprego e as condições de progresso e desenvolvimento na ordem econômica e social".

Significa isto o reconhecimento, como diz a própria Declaração, do valor eminente da pessoa humana.

De resto, o reconhecimento do valor indeclinável da pessoa humana implica necessariamente no reconhecimento de igual dignidade social a todas as pessoas.

A concessão de direitos às pessoas com deficiência, proposta pelo projeto, por corresponder a uma contemplação ao desenvolvimento da norma constitucional, busca compensar a situação de fato de carência, de incapacidade ou de menor proteção, em que se encontram, de regra, os deficientes, de modo que esses direitos apareçam como instrumentos de concreta e efetiva realização da igualdade social.

E ainda dentro do mesmo espírito, cumpre lembrar que a questão vem tratada em diversas constituições: no Art. 38 da Constituição italiana; no Art. 71 da Constituição portuguesa; no preâmbulo da Constituição francesa e no Art. 49 da recente Constituição espanhola onde o princípio da igual dignidade social sustenta a ação do Estado no que respeita à reabilitação e integração social igualitária.

Em nosso Estado pode-se afirmar que existe a consciência da necessidade de concretizar medidas de apoio aos deficientes — desenvolvendo medidas administrativas que traduzam o compromisso do governo na execução do princípio constitucional e atendam àquele justo anseio social.

A finalidade é expressar princípios, diretivas da ação social do Estado, que garantam adequada proteção aos deficientes, e, desde já, promover medidas e soluções necessárias para corrigir ou superar as situações de fato, em que se encontram as pessoas com deficiência, e que constituem restrições ou obstáculos ao efetivo exercício dos seus direitos fundamentais, por exemplo, o exercício do direito ao trabalho, do direito à educação e à cultura, do direito à saúde.

2. Merecem particpar destaque três pontos do projeto:

a) criação do Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração Social, a quem compete assegurar aos deficientes a efetiva realização de seus direitos e a quem está reservado particular e importante ação comunitária, na sua ação de conscientização da sociedade quanto aos fins e meios necessários à habilitação e integração igualitária dos deficientes (Arts. 7.º a 14).

A idéia central que informa e preside a criação do Conselho radica na concepção de que o Estado deve forjar formas de abertura à participação popular na elaboração dos atos administrativos e legislativos, que digam respeito ao homem — ao homem real — com seus direitos e deveres (pessoais, políticos, sociais e econômicos) mas também com seus problemas e necessidades, que estão a reclamar ou a exigir soluções.

É com essa intencionalidade que o projeto concebe o Conselho: pretende que os deficientes participem (participação direta e através de organizações) na resolução dos problemas que lhe dizem respeito.

A estrutura do Conselho está adequada à sua função de

Órgão de consulta descentralizada, destinado a canalizar a participação de trabalhadores deficientes, de grupos (associações) no equacionamento e na solução de problemas concretos como o emprego, a reabilitação ou habilitação, a educação.

Ainda neste contexto de idéias, optou-se por explicitar os direitos do Conselho, como expressão da necessidade e dos interesses dos deficientes: participar na formulação da política estadual de prevenção, de tratamento e de integração dos deficientes, de planos e projetos que contemplem o respectivo setor; participar na fiscalização e controle da execução de planos; pronunciar-se sobre as providências necessárias ao desenvolvimento do ensino especial, da habilitação ou reabilitação e integração social.

É no Conselho, portanto, que se encontra situado o problema da realização dos direitos da pessoa com deficiência.

E sob este ponto de vista podemos dizer que a realização dos direitos fundamentais em larga medida dependerá da ação do Conselho. Onde a conclusão de que a sua dimensão participativa é uma componente essencial de garantia da efetiva realização dos direitos fundamentais.

b) Com vistas à concretização pelo Estado dos direitos da pessoa deficiente ao trabalho, as regras dos Arts. 15 a 21 impõem à administração Direta e Indireta o dever de ocupar um certo percentual de trabalhadores deficientes em empregos reservados, de modo análogo ao que ocorre com alguns países europeus.

c) Por último, o projeto disciplina os exames médicos pré-admissionais no serviço público de pessoa com deficiência aprovada em concurso (Arts. 22 e 24).

Temos assim concluído um rápido esboço do projeto que pretende ir ao encontro dos valores, interesses e necessidades da pessoa com deficiência.

Transformá-lo em lei, eis aí uma tarefa que vale a pena realizar e para a qual todos estão convidados".

Dessa forma, sr. presidente, srs. deputados, queremos, com a apresentação desse rápido esboço do projeto de lei, que a partir de hoje passará a contar e depender da apreciação dos srs. deputados e das diversas comissões desta Casa, tendo a certeza de que a transformação em lei é uma tarefa que vale a pena realizar e da qual todos nós temos responsabilidades.

Eu gostaria, sr. presidente, srs. deputados, de nominar os apoiantes recebidos pela Comissão ampla que elaborou em conjunto este projeto de lei.

Apoiamentos e participação no processo de discussão, quais sejam: da Câmara Municipal de Bandeirantes, do Sr. Secretário de Estado Antenor Ribeiro Bonfim, de Assuntos Comunitários, do Lions Clube de São José dos Pinhais, da Assembléia dos Deficientes Físicos, realizada em julho do presente ano no Retiro São José, Estado de São Paulo e com a participação de representações das Associações de Deficientes Físicos de todo País aprovaram, por unanimidade a iniciativa que no Paraná, à época, se desenrolava, se tratava da elaboração do projeto de lei que é o que hoje finalmente se apresenta a esta Assembléia, manifestando o seu apoio e a certeza da aprovação.

Também em Maringá, por ocasião do II Encontro Estadual de Pessoas com Deficiências, realizado no mês de julho, que contou, inclusive, com a participação, na sua abertura, do excelentíssimo sr. governador do Estado, José Richa, se aprovou a moção de apoio aos estudos também na época na condição de anteprojeto de lei e todas as entidades que dele participaram. De parte da Associação de Deficientes Físicos do Paraná, da Comissão Estadual de Apoio e Integração das Pessoas com Deficiências, da Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico, do Clube Esportivo dos Deficientes, do Clube de Amigos de Deficientes de São José dos Pinhais, e da Casa do Paraplégico de Curitiba, está também por parte dessas entidades anexado um manifesto de apoio ao presente projeto de lei.

Em Jacarezinho, no mês de junho deste ano, por ocasião do Congresso Estadual das APAEs, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, se incentivou o prosseguimento dos estudos que na época se iniciavam — junho deste ano — em torno da elaboração do presente projeto.

E, por último, a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil que, no dia 29 de agosto passado, através do Conselho Federal, analisou o parecer do Conselheiro Raul de Souza Silveira e o aprovou dirigindo a este Deputado uma manifestação de apoio a ser transmitida a todas as entidades que do estudo participaram.

Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados: Ainda na última semana, mais propriamente na quinta-feira, dia 22, o jornal "Folha de Londrina" publicou, na primeira página do seu segundo caderno, uma extensa matéria sobre a situação dos excepcionais, tanto deficientes físicos como deficientes mentais, e analisou a problemática enfrentada pelo baixo nível de apoio que o Estado ainda oferece a essas pessoas que enfrentam essas condições. E se nós tivermos presente o fato de que são 760 mil pessoas em torno de 760 mil pessoas, no Paraná, que no Paraná enfrentam problemas na área de educação, de habilitação ou reabilitação e integração ao trabalho por motivo de conter algum tipo de deficiência, nós entenderemos com mais clareza, a importância de que esta Assembléia, talvez de forma pioneira no País, aprofunde um pouco mais o dispositivo constitucional que já existe, mas operacionalize e incentive o apoio efetivo que o Estado deve propiciar às pessoas com deficiência, em atenção às recomendações da Organização Mundial da Saúde e da Organização Internacional do Trabalho.

Eram estas as nossas palavras, sr. presidente, srs. deputados, deixando a critério, portanto, dos srs. deputados e das Comissões da Casa, a apreciação, avaliação e o andamento do presente projeto de lei.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) No horário destinado às Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, do PMDB, por 10 minutos.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Devido à absoluta impossibilidade, dado o acúmulo de cargos em tão pouco espaço de tempo, nós pretendemos voltar a esta tribuna na próxima segunda-feira, quando então, daremos conhecimento aos Srs. Deputados, a respeito de denúncia formulada ainda ontem, da tribuna desta Casa, pelo Deputado Gilberto Carvalho, quando afirma que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, mesmo tendo recebido recursos do Ministério da Educação e Cultura, não está repassando estes recursos aos municípios do Paraná.

Na realidade, apenas para adiantar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a afirmação do Parlamentar é totalmente improcedente, carece da menor base, redundando em mais uma daquelas tentativas de se buscar confundir a opinião pública, embasando-se em afirmações levianas.

Os dados nós haveremos de apresentá-los na próxima segunda-feira, como já enfatizamos, demonstrando que, não se justifica uma argumentação rasteira, sórdida, improcedente, mesmo porque a verdade e a linha de comportamento da Secretaria de Estado da Educação do Paraná tem sido outra, evidentemente.

Adiantamos, ainda, que em pesem acusações e não atendimento por parte do governo do Estado com relação à ajuda dos Prefeitos dos municípios na área educacional, cumpre esclarecer a nível de adiantamento, que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, já está enviando a 4.ª remessa de ajuda, benefício este que redundará em quantia superior a 1 bilhão de cruzeiros, forma de atender a uma necessidade mais premente de nossas comunidades municipais, hoje em estado de grave penúria.

É por esta forma que nós sempre enfatizamos, sempre nos orgulhamos de uma postura opocionista, condizente com a verdade, com dados, com fatos. Destacamos, ainda, que esta ajuda que está sendo repassada às Prefeituras cobrindo grande margem da folha de pagamento, a 14.800 professores, que cumprem serviços na área educacional...

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. TADEU FRANÇA — Já concederei, Sr. Deputado.—...

representa, tem como fonte, única e exclusivamente, recursos originários do próprio governo Estadual do Paraná.

Levando-se em conta este nível de atuação, levando-se em conta que afirmações de que a Secretaria não está repassando recursos que tenha recebido, são improcedentes, e enfatizamos, apresentaremos os dados concretos na próxima segunda-feira.

Considerando-se, ainda, que existe toda uma política estruturada pela Secretaria de Estado da Educação, buscando ir de encontro não apenas com recursos esporádicos, mas a um acompanhamento global das escolas nacionais, "mantidas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade", as tais de CENEC, como aqui também, ontem foi proclamado, nós queremos enfatizar, sim, que o governo do Paraná, está sendo uma resposta efetiva, global, não só na sua área específica de ensino, mas, também, na educação geral do Paraná.

Cumprir destacar, ainda, Srs. Deputados, que quando a Secretaria de Estado da Educação se preocupa com a educação municipal, se preocupa com projeto que está sendo elaborado, indo de encontro às Campanhas Nacionais de Escolas da Comunidade, o modelo que só se mantém graças à vaidade de alguns generais, que em nada contribui, mas que mantém com mãos de ferro uma estrutura educacional que, em grande parte, apenas dificuldades acarreta às municipalidades do Paraná.

Quando o governo estadual está se dispondo a encampar a envia esforços para ir de socorro a um nível de educação, que pela Lei Federal n.º 5692, Srs. Deputados, educação de 1.º Grau, não é competência do governo estadual e, sim, competência absoluta e exclusiva dos governos Municipais. É por isso que nós não aceitamos aquelas colocações, de que, se a atual Secretaria de Estado da Educação já assumiu quase 50% e a partir de janeiro vai assumir 100 % das folhas de pagamento a nível municipal, estaria apenas cumprindo a sua obrigação. Não está, não. Está indo muito mais além. Basta consultar a Lei Federal 5692, está lá muito bem claro: "Cabe aos municípios a responsabilidade pela educação de 1.º Grau". Quando assim age é porque, ciente de que os municípios vivem um quadro mais alarmante do que o próprio Estado, o governo do PMDB está querendo ser aquela resposta aberta, plena e total aos problemas da educação, e não está de forma alguma, guardando em seus cofres quaisquer recursos federais eventualmente destinados à área da educação. Concedo aparte, pela ordem, ao Deputado Gabriel Manoel e, em seguida, ao Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu queria transferir ao Deputado Gilberto Carvalho, que agora está presente, essa gentileza de Vossa Excelência.

O SR. TADEU FRANÇA — Com aparte do Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço nobre Deputado. Gostaria que Vossa Excelência, ao fazer a defesa do pronunciamento que fiz ontem, tivesse... Vossa Excelência disse que na segunda-feira entrará em contato com a Secretaria de Educação e tra-

rá a informação com referência às afirmações que fiz ontem que são infundadas. Mas, é preciso que, primeiro, consiga os comprovantes.

Há poucos dias, eu fiz uma denúncia aqui sobre a CIRETRAN e disseram que não era verdadeira. Está aí o relatório distribuído e comprovando tudo aquilo que eu disse.

Eu disse ontem que a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, é uma escola que é da comunidade, não tem dono esta escola; são os representantes em cada município que criam um setor local, composto de 100 membros, contra o seu diretor e os seus professores e mantém a escola, e a cada dois anos é feita a eleição do novo presidente do setor local.

Onde o Estado não entra, existe a Campanha, e a Campanha fez a proposta de compra de vagas. Resultado, há compra de vagas aprovadas na FUNDEPAR. Nós estamos em fins de setembro, até hoje não foram pagas. Fui verificar junto ao MEC, o recurso do salário-educação está vindo normalmente para o Estado.

Com referência às Prefeituras Municipais, os 50%, vossa excelência disse que é atribuição exclusiva do município. Eu gostaria de ver onde está isto, porque de acordo com a Constituição, cabe ao governo a manutenção dos 7 aos 14 anos; o primeiro grau cabe ao Governo, não ao governo municipal, exclusivamente; e esses 50 % referem-se às professoras do município à disposição do Estado, em grupos escolares, na sede do município, e que houve um convênio para que fosse pago a partir de junho, e, até agora, pelo menos nos meus municípios, não foram pagos. E cito como exemplo, para facilitar a sua busca, porque na semana, há 15 dias atrás, eu cobrei da Secretaria de Educação, o município de Félix, e me alegaram que não foi pago porque faltava a certidão do Tribunal de Contas; eu pedi 10 minutos de prazo, e encaminhei a segunda certidão, porque já tinha ido uma no processo; já faz 15 dias, ainda não saiu o dinheiro. Este é o exemplo. Tem mais municípios, nobre Deputado. Então, eu afirmo que a campanha não recebeu a compra de vagas, e que o Estado não está pagando aos municípios aquilo que se comprometeu. Isto é que eu gostaria que fosse comprovado ao contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Esta Presidência consulta à Liderança do PMDB, se fará uso do restante do horário.

Por mais 3 minutos, com a palavra o Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. deputado, quanto à legislação requerida por vossa excelência, é muito fácil. Quando era Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, a nível nacional foi divulgada a Lei que ainda hoje regulamenta o Ensino no Brasil, a Lei que eu citava, há pouco, a 5692. Lá, Vossa Excelência pode...

O Sr. Gilberto Carvalho — A transferência do salário-educação para os municípios, que não foi transferido, não foi cumprida essa programação, por isso não entrou em vigor.

O SR. TADEU FRANÇA — Se a Lei não foi cumprida, cabe à inoperância de quem a criou e de quem deve encampá-la, que é o próprio governo federal através do Ministério da Educação e Cultura. Quando nós apresentamos fatos de ordem legal, é unicamente para destacar que a obrigação é, sim, do município, a educação de 2.º Grau, do Estado, de 3.º Grau, da União, regulamentada a nível federal.

Não foi cumprida? Por inoperância. Agora, nós salientamos, bem claro, que um governo que está se propondo a ir avante, não está preocupado em levar "ao pé da letra" aquilo que está na Lei 5692. Não merece, de forma alguma, ser recriminado.

Srs. Deputados, com relação à compra de vagas não foi, não é e não será uma solução para o problema das Campanhas Nacionais de Escolas da Comunidade, basta ver nos os registros da

da Fundepar, o tal de salário-educação tem sido usado como um veículo de corrupção de instituições escolares, basta ver compras de vagas e os relatórios da Fundepar aí estão, podem muito bem serem vistos até pela própria CPI da Corrupção, vagas compradas, em número maior do que o número de alunos existentes em instituições. Quando um governo, portanto, abre restrições, cria novos mecanismos para moralizar a causa educacional, não merece reprimendas de forma alguma, mas sim parabéns, por estar emprestando um pedestal de seriedade a uma causa tão nobre quanto é a educação.

E para finalizar: os dados eu poderei, creio eu, apresentá-los em xerox, a vossa excelência, só não os apresento da tribuna porque houve um atraso de um funcionário, para apresentar os números daquilo que a Secretaria da Educação fez até agora, em termos de repasses, em termos de recursos à educação no Paraná. Terei o máximo prazer em apresentá-los, a vossa excelência.

O Sr. Gilberto Carvalho — Eu agradeço e quero voltar ao assunto com vossa excelência, na segunda-feira.

O SR. TADEU FRANÇA — Perfeitamente.
Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a presidência, o senhor deputado Fiori Luiz).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Consulto à Liderança do PMDB, sobre o restante do horário.
Concedo a palavra ao senhor deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor presidente, senhores deputados.
Acredito que a classe política do Brasil inteiro, hoje deve estar entristecida.

Ocupo parte deste horário, para, rapidamente deixar registrado nesta Casa o protesto ao tratamento dado pelo excellentíssimo senhor presidente da República aos prefeitos do Brasil inteiro que, em marcha, foram a Brasília, pleitear uma Reforma Tributária que permitisse aos seus municípios uma sobrevivência.

Mais de mil prefeitos, usando recursos que já não têm, gastando o pouco que lhes sobra, acreditando na força política dos homens que geram as riquezas, os impostos e o dinheiro federal, saíram das suas comunidades acreditando que pelo menos poderiam conversar com o presidente da República, levando a ele, as suas ansiedades.

Chegaram a Brasília, homens que durante a campanha eleitoral, nos dois partidos, cumpriram com a missão maior do político, que é, através da pregação eleitoral, despertar na população a crença no Poder Público através do voto, acreditar na liberdade e acreditar na democracia. Homens que têm um chefe que está em Brasília e que, munidos da esperança de poderem a ele transmitir as suas angústias, dirigiram-se à Capital federal.

Lá chegando, senhor presidente, senhores deputados, nem sequer recebidos foram pelo presidente da República. Homens que, se somados, representam a grande maioria dos votos feitos pelo partido no último pleito eleitoral de 15 de novembro, homens que, se somados, representam milhares, centenas de milhares de trabalhadores nos diversos segmentos da sociedade que no dia-a-dia, pelo seu trabalho, contribui imposto para o governo federal, que não tem território, porque o imposto é gerado na cédula menor da Nação que é o município, aonde o prefeito vive a angústia do contato diário e constante com o trabalhador que necessita de apoio, necessita de solução, necessita de amparo, aonde ele conhece o seu eleitor, o seu munícipe e tem que dar uma resposta.

Ora, senhores, como falar nessa Nação, em conclamar-mos os brasileiros para se unirem em defesa da soberania desta Nação ameaçada, hoje, pelos vendilhões, as multinacionais, não

são recebidos pelo presidente da República.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Vossa excelência com muita propriedade aborda um problema que pode parecer apenas de educação da pessoa do presidente da República. Mas, ele, na verdade, é muito mais grave, porque ele retrata a realidade política e institucional que nós vivemos. Na verdade, os homens que são guindados ou que foram guindados à presidência da República, falta-lhes a vivência necessária com o trato da coisa pública. Jamais um governante no desenvolvimento, na desenvoltura da sua função, pode demonstrar contrariedade, pode ser grosseiro.

O presidente da República é uma pessoa que tem que ter condições mínimas de sociabilidade, para se desenvolver e ter a contento o desempenho de sua função. Este mesmo cidadão que ocupa a presidência da República, é o que vive bradando por aí que está com a mão estendida. E esta é a ironia, nobre deputado, quando representantes legítimos do povo, não defendendo causas pessoais, individuais, mas, defendendo a tese do municipalismo, talvez, o começo da grande revolução que se possa fazer nesta terra. Vão à Capital, se deslocam de todas as partes do Brasil, num movimento suprapartidário, vão atender o aceno da mão estendida e o que recebem, nobre deputado?

Recebem, na realidade, a bofetada do desrespeito, da desconsideração, a bofetada com que o povo está sendo açoitado por aqueles que sem preparo para a vida pública, mas que em dados exclusivamente do autoritarismo, se assenhoraram e se fizeram donos desta Nação. É a triste realidade que nós temos que comentar e que vossa excelência, com muita propriedade, comenta nesse momento.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço o aparte, deputado Nilso Sguarezi, porque, veja bem, nobre deputado, senhor presidente, demais companheiros de Casa. Os prefeitos que chegaram em Brasília, empilhados num saguão, receberam a ordem de sair da sala, posteriormente, foram informados de que o presidente da República, como faz, costumeiramente, em todas as terças-feiras, desceria com a sua pompa e a sua gala, pela escadaria para acenar, talvez àqueles que lá vão na esperança de uma solução, como se ver a pessoa do presidente pudesse solucionar os problemas que vivem os municípios.

E disse com muita propriedade o nobre líder do PMDB, nesta Casa, foram lá talvez e uma vez mais e talvez na última vez, acreditando que a palavra da mão estendida do chefe da Nação, as forças políticas fossem verdadeiras, porque lá estavam prefeitos, dos dois partidos políticos; mas lá estavam também deputados estaduais e federais de todos os partidos políticos, apreciando como expectador de um filme que acontece, vendo o presidente passar sem lhe dar solução para suas angústias.

Ora, senhor presidente, senhores deputados, urge, portanto, se bradar cada vez mais alto nesta Nação a necessidade urgente, premente, de eleições diretas para presidente da República. Porque somente um homem comprometido com a causa popular, somente alguém que tivesse o respaldo do voto, da solidariedade do seu companheiro, fosse de que partido fosse, daria um tratamento melhor e saberia entender o grande momento que o presidente da República teve e, infelizmente, não o usou, que era o de dialogar com os chefes dos municípios do Brasil inteiro, representados em Brasília pelos seus prefeitos municipais.

Nós acreditamos que é necessário, sem dúvida alguma nesta Nação, que se parta para eleição direta de presidente da República.

Nota-se nos Estados a postura dos governadores eleitos, governadores do PMDB, governadores do PDS lutando na defesa dos interesses dos habitantes do seu Estado. Pela primeira vez se ouve governadores do próprio PDS dizendo, como disse o

governador de Santa Catarina: de que os recursos prometidos para Santa Catarina apenas um milhão chegou. O governador do Rio Grande do Sul dizendo que o governo federal prometeu recursos mas não os entregou.

Porque, senhores deputados, esses homens na campanha eleitoral apertaram a mão dos eleitores e têm obrigação de dar uma resposta, e não pode respaldar a promessa que foi feita e o cumprimento que não veio.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Para dar um exemplo do que vossa excelência está falando, ficou muito claro na última reunião dos governadores aqui em Curitiba — dois governadores do PDS e um do PMDB. Só com uma diferença do PRESIDENTE FIGUEIREDO e do ministro Delfim, os três governadores se declararam contra o 2045. Dois governadores do PDS, eleitores do PDS, eleitos pelo processo direto.

E nós temos que assistir o alto comando da Nação através do homem que o presidente Figueiredo diz que enquanto for presidente não vai mexer no senhor Delfim Netto, dizer de que a salvação do povo é o 2.045.

Então, veja vossa excelência que o processo da ascensão ao poder é o grande responsável, não é verdade, pela diferença de enfoque das coisas. Enquanto os governadores eleitos pelo povo, comprometidos com a causa popular têm uma visão, os tecnocratas, os eleitos indiretamente em colégios eleitorais pré-montados, adrede fabricados, têm uma visão totalmente diferente daquela que o povo quer, daquela que o povo anseia.

Então, é um exemplo categórico da afirmação que vossa excelência vem fazendo, que se não houver eleição direta para presidente da República, nós estamos pondo, na verdade, gasolina em cima da grande fogueira social que hoje nós vemos estourar por toda esta Nação.

O Sr. Sérgio Spada — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Caíto, é lamentável que esse Brasil tão mal administrado, o povo tem levado a pecha de morarmos, de sermos brasileiros e de sermos um povo descumpridor dos seus deveres. Quando o ministro Langoni, o ministro Galvêas e Delfim assinaram as cartas de intenções junto ao FMI, não pudemos cumprir. Passamos lá no exterior até mesmo por caloteiros, levamos esta pecha indevidamente. Esta pecha deve-se e deve ser dirigida a estes que estão dirigindo e administrando o País tão mal ultimamente.

Lá fora estamos desacreditados; aqui dentro, também. É um dos exemplos é essa promessa que o então candidato a presidente da República, Aureliano Chaves, na ânsia de capitalizar alguns votos dos pedessistas do Paraná para ter ascensão à presidência da República, veio ao Paraná, e nós fomos assisti-lo, e prometeu o dinheiro para os flagelados do Estado do Paraná assim como prometeu para os flagelados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, uma promessa que não se cumpriu vergonhosamente, a palavra do presidente da República dita desdita, porque isso aí, na realidade, essas promessas não estão sendo cumpridas.

O episódio dos prefeitos do Brasil, que marcharam para Brasília, vem demonstrar que é urgente, que é premente, além de uma eleição direta para presidente da República, uma Assembleia Nacional Constituinte, também a reforma tributária, urgentemente, para que assim os prefeitos tenham poder, eles que são as principais lideranças de nosso Brasil, que representam os municípios de seus municípios, e o município é a "célula" mais importante desse grande corpo que é a Nação.

Infelizmente, deputado Caíto Quintana, estamos num Brasil de crise política, econômica, mas, sobretudo, um País de crise moral. Estamos naufragando neste "mar de lamas"

que virou o Brasil.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço o aparte, deputado Sérgio Spada.

Acredito que só poderemos tentar uma saída para a crise internacional a partir do momento que fortalecêssemos a "célula" principal deste universo inteiro, que é o Brasil: o município, deputado Sérgio Spada, porque é ele que congrega próximo do administrador os problemas que nele acontecem, é o município que pode incentivar o trabalho, é o município que pode incentivar o comércio, a indústria, criar novos empregos, é o município que pode condicionar vida melhor para o trabalhador, para que ele fique na sua comuna. Entretanto, esse município está falido, deputado Sérgio Spada, como está falido o Estado e como está falida a Nação.

Mas, no momento que os prefeitos sentindo as angústias, porque convivem no dia-a-dia com o problema e sentem a evasão dos munícipes na tentativa louca de buscar novas paragens aonde possam pelo menos trabalhar, vão a Brasília e não são recebidos pelo presidente da República. É lamentável; é um desrespeito à classe política, é um desrespeito a todos os homens que acreditam que se possa ainda dar a volta por cima nesta Nação.

Concedo o aparte ao deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre deputado, hoje pela manhã, o deputado federal Hélio Duque, depondo na CPI da Falência dos Municípios, citou alguns exemplos das atitudes tomadas pelo governo federal para esvaziar os municípios e os Estados do Brasil. Um deles, o Fundo Rodoviário Nacional, até 1968, 40 por cento dos recursos do Fundo Rodoviário Nacional eram destinados à União, 48 por cento aos Estados e 12 por cento aos municípios. Atualmente, a União fica com 60 por cento desses recursos, os Estados que tinham 48 por cento caíram para 32 por cento, e os municípios que tinham apenas 12 por cento, hoje estão com 8 por cento.

É evidente que o presidente Figueiredo, representante maior da tecnocracia que domina o Brasil, devia mesmo ter agido e deixou bem claro que ele não quer conversar com os prefeitos e com o povo brasileiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu agradeço o seu aparte e gostaria, para encerrar...

O Sr. Tadeu França — Concede-me um aparte, deputado? (Assentimento).

Embora segunda-feira a gente vá apresentar os dados concretos, só para responder uma indagação do deputado Gilberto Rezende de Carvalho, ele perguntou sobre Fênix. Para Fênix, segundo o boletim de crédito de número 149, foram enviados no dia 15 de setembro, um milhão, quatrocentos e sessenta mil cruzeiros e noventa e dois centavos. Segundo o boletim ainda de número 155, no dia 19 de setembro, mais uma quantia de setecentos e trinta mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros. O pequeno atraso que houve foi devido a problemas de irregularidades a nível de documentação.

É por esta razão que enfatizamos o que dissemos, não aceitamos acusações falsas, improcedentes, porque assim a própria Oposição se caracteriza como inconsequente, nesta Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para encerrar, senhor presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Vossa excelência tem um minuto para o encerramento.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor presidente, senhores deputados.

Quero deixar desta tribuna, em nome da bancada do

PMDB, o nosso protesto contra a forma com que foram recebidos os prefeitos em Brasília, pelo excelentíssimo senhor presidente da República. E a nossa solidariedade a todos os prefeitos que, nas suas comunas, administram sem orçamento, administram sem dinheiro, tentando levar no abraço amigo e convivendo com o problema, pelo menos a solidariedade, enquanto esperam uma solução.

Queremos, desta tribuna, uma vez mais, dizer em alto e bom som de que a classe política nacional de todos os partidos, deveria trabalhar, insistir e proclamar a necessidade urgente de que esta Nação tenha eleição direta para presidente da República, para que comprometido este presidente com as causas do povo, o atendessem com mais dignidade e respeito.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Mesa consulta à Liderança do PDS sobre o uso do horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Por dez minutos, falará o eminente deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, senhores deputados.

Mais um adágio popular: “pimenta nos olhos dos outros é colírio”. A rapaziada do PMDB, euforicamente e justificadamente, dizem a verdade sobre Figueiredo, um homem que não tem força, ou talvez não tenha senso de responsabilidade ao receber os senhores prefeitos.

Muito bem. O senhor Delfim Netto, estou de acordo com gênero, número e grau. Galvêas e outros do poder econômico também têm o desacordo de nossa bancada. Agora, não se pode, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, “atirar pedra no telhado do vizinho quando se tem telhado de vidro”. O homem da caravana, quando dizia da democracia participativa, o homem que hoje governa o nosso Estado, com uma bancada majoritária, mentindo em palanques. A falta de respeito, deputado Caetano Quintana, também para os prefeitos da Oposição. Existe no governo de vossa excelência, principalmente no setor de saúde pública, onde sumariamente são exonerados pobres funcionários, qual seria a reação do governador José Richa quando ele fala do desemprego no Paraná? Ao demitir sem justa causa, ao demitir sumariamente, por intermédio do incompetente secretário da Saúde, nobres e coitados pais e mães de famílias que cumprem com seus deveres. Homens, pessoas que foram indicadas pelos ex-governadores Jayme Canet e Ney Braga e pelos ex-secretários de Saúde Pública, para humildemente trabalhar nos postos de saúde, onde são orientados pelos prefeitos e subsidiados, muitas vezes, pelas prefeituras, qual não seria, senhores deputados, qual não seria, senhor presidente, qual não seria, imprensa em prol do meu Paraná, o vexame que passam esses homens que se dizem donos da verdade.

Ao sabermos que, como disse o meu líder, deputado Luiz Alberto Oliveira, continuam as “caças às bruxas”, já que nós não podemos ser atingidos pela senha de uma facção de homens que fazem parte deste governo perseguidor, então eles atingem, como disse o deputado Osvaldo Alencar Furtado, os pequeninos, porque assim eles não estão seguindo os ensinamentos de Cristo “deixai vir a mim os pequeninos, porque deles é o reino do céu”.

Será que pode, senhor presidente, senhores deputados, um secretário dos Negócios da Saúde, dormir tranqüilamente e o governador falar em democracia participativa, pode falar, enfrentar de frente os seus familiares, olhar nos olhos dos seus filhinhos, quando se deixa, senhor presidente, senhores deputados, como foram exonerados em Pinhalão, funcionários dispensados do posto de saúde local, por exemplo, o senhor Benedito Augusto Coutinho, com cinco filhos menores, para ser substituído por um vereador do PMDB; como pode destituir um

funcionário simples e humilde da Cafe do Paraná do mesmo município de Pinhalão, só porque eles tiveram o crime do prefeito ser do PDS; como se pode em Conselheiro Mairink serem dispensadas a senhora Maria Tereza de Souza Nogueira, a senhora Ilda Costa Mendes, a senhora Dilsa de Barros Santos, o senhor Wilson Camargo da Silva.

Como se pode, em Ribeirão do Pinhal, o senhor Ovídio Pinto de Mello, a senhora Iracema Orlandini Ferreira, como pode em Guapirama ser exonerada a senhora Edith Carvalho Camargo e a senhora Jacilva Moura Bento.

Será que toda essa plêiade de gente é relapsa, não trabalha, ou só pelo simples crime de ter sido nomeada nos governos anteriores, onde está a democracia participativa do senhor José Richa, onde está a democracia participativa dos homens que vão à tribuna deste plenário.

Eu chamo a atenção e não tenho a hombridade de fazer como fez o deputado Osvaldo Alencar de dizer a verdade, a perseguição grassa, deputado Luiz Alberto, a perseguição grassa, na “caça às bruxas”, grassa, nós estamos vendo um PMDB fracionado porque está mal orientado, porque, como Delfim Netto, os Garanhões tecnocratas também grassam no Paraná.

Não se pode pisar no rabo do vizinho, quem tem rabo de palha.

Primeiro, senhores deputados do PMDB, com a devida vênia, com o devido respeito, cuide de acertar a sua casa, estamos vendo fissuras enormes no seu partido, estamos vendo Delfins Nettos, Galvêas, em grande dimensão no Paraná, a mandar e dar pito nos deputados do partido do governo. Infelizmente conosco não aconteceu isto, perdemos uma eleição, mas os deputados do PDS, sempre soberanos, nunca admitiram que um secretário tecnocrata viesse a fazer qualquer coisa que prejudicasse um companheiro, um adversário. Onde está a unidade da democracia participativa do governo Richa? Por que exonerar pessoas humildes, fazer grassar no Paraná o desemprego?

Achamos necessário que se dê emprego aos seus companheiros de partido, mas que, com isso, não custe o pão, o leite daquelas criancinhas que necessitam e que vieram aqui como mais uma família de flagelados que o próprio governo Richa, por intermédio dos seus secretários tecnocratas, não tem a sensibilidade, como não tem o ministro Delfim Netto e também não tem a sensibilidade de saber que este povo também come feijão, que este povo também necessita de pão e leite, de lenitivo e consolo. Talvez, até alguns deles tenham votado no governo Richa. E onde está o governo da democracia participativa? Pergundo aos senhores deputados da situação, será uma calamidade pública, ou será que a tecnocracia também continua grassando no Paraná?

Onde está o respeito com os prefeitos de cinco comunas, onde está o respeito, deputado Caetano Quintana, que vossa excelência falava, aos senhores prefeitos?

Pergunto, desta tribuna, pela modéstia peculiar do homem do interior, onde está o respeito do PMDB para com os prefeitos do PDS?

Então, são dois pesos e duas medidas, porque dizia Jesus Cristo, que “quem cala consente”.

E como vejo a bancada do PMDB reconhecendo este erro, eu solicitaria a esta mesma bancada dinâmica e ilustre que veio para cá, que desse uma orientação a sua excelência o governador José Richa e botasse um basta. Chega de tecnocracia. Não perigam os humildes, não façam isso. Não tripudiem sobre os homens que amanhã ou depois podem se tornar marginais por culpa exclusivamente deste governo, que exonera sumariamente elementos humildes da terra, que o único crime que fizeram foi trabalhar dignamente em benefício de nossa terra e nossa gente.

E é por isso que há de se levantar uma voz. É por isso que há de se levantar uma voz contra Delfim Netto e contra Galvêas. Mas, também, é preciso que o povo do Paraná veja a grande in-

competência do Secretário de Saúde ao demitir pessoas humildes sem saber qual foi a causa.

Se foi uma causa justa, não seria em 5 municípios o extermínio de quase 30 famílias.

Isto só se via no Noroeste no tempo dos coronéis.

Agora eu dou razão para o Governo, porque, os coronéis não estão se acertando entre eles.

Então, eu queria dizer isto, sr. presidente, e que fique bem patente, ou o senhor Richa chama o seu Secretariado e cassa/cassa às bruxas, com perseguições, ou então, não precisaremos sair de nossas cadeiras para fazer campanha, porque, se fora hoje, o PDS sairia vitorioso nas urnas, porque, não cabe culpa aos Senhores Deputados, mas cabe culpa exclusivamente aos Delfins Nettos do Paraná, aos Garanhões, aos homens que não querem outra coisa a não ser vingança pessoal.

O que temos a esclarecer é que este povo nosso, povo humilde, que, nem que custe o nosso sangue, haveremos de defendê-lo sem demagogia.

E queria que o Deputado Caito Quintana, quando fosse à tribuna, fizesse um exame de consciência e um exame generalizado na conduta dos Secretários, do despotismo que hoje grassa no Paraná. Os homens que não toleram nem os seus companheiros. Os homens que exoneram companheiro de um Deputado.

Quem somos nós para reclamar. Não estamos reclamando, estamos apenas, sr. presidente, srs. deputados, trazendo a verdade. Eu sei que a consciência de muita gente que exonerou estes coitadinhos, talvez paira mais e mais na plêiade de marginais por única responsabilidade deste Governo. Temos que dar um "basta" aos seus Secretários, e que passem a respeitar os Deputados.

Muito obrigado, sr. presidente. Apenas como disse hoje, o Deputado Adhail Sprenger Passos, que ele foi isso foi aquilo, eu não fui nada, mas é que, quando um secretário não me recebia, eu metia o pé na porta.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. (Fiori Luiz) — Com a palavra o Líder do PDS, Sr. Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Sr. presidente, srs. deputados.

Desejo em nome da Liderança, hipotecar total solidariedade ao pronunciamento do eminente Deputado Gabriel Manoel, que também na sua região política a perseguição grassa horridamente.

Guapirama: Edith Carvalho Camargo, Jacilva Moura Bento, Ribeirão do Pinhal: Ovídio Pinto de Mello e Iracema Ferreira. Conselheiro Mayrink: Maria Tereza de Souza Nogueira, Hilda Costa Mendes, Wilson Camargo da Silva, Dissa de Barros Santos. Pinhalão: Benedito Augusto Coutinho e um funcionário da Cafe do Paraná, substituído por um vereador do PMDB.

Em quatro municípios foram dispensados dez funcionários públicos. Lamentavelmente, sr. deputado Gabriel Manoel, não é privilégio da sua região, a perseguição política.

Perseguição política, sr. presidente e srs. deputados, que grassa pelo Paraná afora. Ainda há poucos dias atrás o Deputado Gilberto Resende de Carvalho, falava sobre discriminação das verbas federais do Governo do PDS, com relação à aplicação no setor educacional.

Diz a Constituição, lembrou bem o deputado Gilberto Resende de Carvalho, é dever e obrigação do Governo do Estado, dar educação gratuita aos estudantes de sete a quatorze anos. A Constituição Federal posteriormente modificada por Reforma Constitucional estabelecendo ser dever do Governo Estadual dar educação gratuita a todos os alunos do 1.º Grau, isto é da 1.ª a 8.ª séries.

Lamentavelmente, o Governo do Estado do Paraná, que não cumpre com o dispositivo constitucional, procura jogar às costas do Governo Federal a responsabilidade pela manutenção do Ensino de 1.º Grau nos municípios, o que não é responsabilidade dos mesmos, mas sim, responsabilidade essencial do Go-

verno do Estado do Paraná.

Sua excelência, o governador José Richa, em entrevistas que os jornais de hoje noticiaram, "O Estado do Paraná" e outros, declara que a possibilidade da intervenção dos Deputados Estaduais do PDS, em favor de programas e obras do nosso Estado é um ato de primarismo político. Pois bem, Sua Excelência vai receber a resposta desta tribuna. (Lê):

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS:

Em toda a nossa história político-administrativa, marcada pela ação de homens dotados de espírito pioneiro e de idéias amplas, trabalhadores e empreendedores enfrentando as agruras com firmeza e determinação, sempre sobressaiu a grandeza dos líderes paranaenses.

Todavia, desde que o Sr. José Calil Richa se instalou no Governo do Paraná, o nosso povo começou a presenciar a traição às nossas tradições, a deteriorização das nossas instituições ameaçadas pela presença em suas direções dos menos dotados para o desempenho de funções de grande responsabilidade, iniciando o processo desestabilizador da administração pública paranaense, assaltada por quadrilheiros, condenados pela Justiça comum por assalto à mão armada, e que o Governo José Richa transforma em travestidos dirigentes da coisa pública, demonstrando o seu escárnio pela dignidade do povo paranaense.

Jamais se presenciou, neste Estado, tamanha vergonha com o que está ocorrendo no âmbito da administração estadual. Só mesmo os arquitetos do caos é que não querem enxergar o que transparece do desgoverno da malfadada "democracia participativa".

Aliás, é bom que se diga que o Governo José Richa é copista, mau copista, do Governo Franco Montoro, em São Paulo, e, como aquele, está se transformando num verdadeiro desastre participativo, para infelicidade do povo paranaense.

Não satisfeito em copiar Franco Montoro, inclusive em suas campanhas publicitárias e cujos custos se elevam a milhões e milhões de cruzeiros que são pulverizados, para retribuir, à custa do míngado dinheiro do contribuinte do erário público, àqueles que fizeram a campanha eleitoral do candidato do PMDB, José Richa passa a ser o papel carbono de Malluf, até mesmo numa viagem às Arábias, que vai custar milhões de dólares aos cofres paranaenses, por artimanha do secretário de Negócios Especiais, Sr. Francisco Simeão, cujas conexões partem de Londrina, passam pelos cofres do Banco do Estado, mergulham fundo nos cofres do Badep - dirigido por essa figura esdrúxula de Vice-Governador e Presidente do Banco de Desenvolvimento, que é o vice, Sr. João Elísio Ferraz de Campos - para finalmente, estenderem seus tentáculos pela Companhia Vale do Rio Doce e pelos bancos oficiais do Maranhão.

Começando a "malufar" no Paraná, o Governo do sr. José Calil Richa expande a sua megalomania e revela que tem o propósito de formar uma empresa mista com capital particular para a exploração do xisto. Ao que tudo indica, teremos a "Richabrás", pois, para exploração do xisto desta forma, é necessário romper o monopólio estatal nesse setor, conquistado graças à firme disposição de luta das correntes nacionalistas que possibilitaram a criação da Petrobrás. É isso mesmo: Richa quer entregar o nosso ouro, o ouro dos paranaenses.

É por isso que o povo já está dizendo: além de mau administrador é entreguista.

Como temos hoje no Paraná um Governo medíocre, que há seis meses de sua posse continua inativo, a cada dia se distanciando mais daquilo que prometera aos eleitores, como a austeridade que se transformou na imoralidade administrativa das compras sem licitação, das mordomias do Cangüiri, dos milhões e milhões de cruzeiros que são repassados a apenas quatro empresas, privilegiadas pelo Governador para atender à sua fabulosa campanha propagandística estimada em dois bilhões e meio de cruzeiros que estão sendo gastos pelos órgãos públicos e pelas empresas estatais paranaenses sem concorrência ou licitação,

num dos maiores escândalos administrativos já ocorridos no Paraná, é preciso que nos precavemos e façamos um governo paralelo para restaurar, no Estado, a confiança do povo paranaense, e nas suas instituições e na realização dos seus nobres ideais de vida social e atendimento das legítimas aspirações de paz e desenvolvimento. Um governo paralelo, sem ódio e sem discriminações. Um governo sem perseguições políticas. Um governo no qual os recursos do Estado e da União sejam repassados aos seus destinatários sem que se exija a submissão partidária. Um governo onde prefeitos não sejam discriminados por terem a grandeza de não se submeterem aos caprichos dos poderosos de hoje. Um governo onde os funcionários públicos não sejam demitidos por não pertencerem ao partido do Governador. Um governo honesto na aplicação do dinheiro do contribuinte de impostos. Um governo chefiado pela autoridade do Governador e não dominado pela desordem implantada pelos que se apossaram dos cargos da administração. Um governo onde direitos e obrigações sejam recíprocos para governantes e governados. Um governo que tenha presente que todas as suas realizações devem visar o homem como centro de todas as coisas. Um governo de superioridade moral. Um governo identificado com as tradições do povo paranaense. Um governo de trabalho e realizações, no qual ressalte o social. Um governo de liberdade e segurança como essenciais à pessoa humana. Um governo das verdades fundamentais. Um governo alimentado não pelo ódio e pelo revanchismo, e sim por um fluxo constante de idéias novas e que respeite as pessoas que as têm. Um governo onde o trabalho é um direito do homem. Um governo onde as conquistas técnicas, científicas, econômicas e sociais não sejam privilégios de uns poucos, mas direito de todos. Um governo de paz, justiça e progresso.

Por certo, esse jamais será o governo do sr. José Richa: Um primário no Poder.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Antes, porém, um comunicado: O Deputado Artagão Matos Leão, presidente da Comissão de Orçamento, comunica aos senhores deputados, que está sendo aberto, nesta data, o prazo para interposição de emendas ao Projeto de Lei n.º 149/83, sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o período 1984/86. Comunica, também, que ainda hoje, serão distribuídos os avulsos aos senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Basílio Zanusso constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria da sra. deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Márcio Almeida constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 105/82, de autoria do deputado GILBERTO CARVALHO, que autoriza o PODER EXECUTIVO doar ao Município de Itambé, uma área de terreno conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 30/83, de autoria do

deputado NESTOR BAPTISTA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao "Dr. JOSÉ ALENCAR FURTADO". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 48/83, de autoria do deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o PODER EXECUTIVO a doar veículos às Prefeituras Municipais, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 67/83, de autoria do deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, que autoriza o PODER EXECUTIVO, a criar uma circunscrição do Serviço de Trânsito - CIRETRAN, na sede do Município de São João do Ivaí, com jurisdição sobre os Municípios de São Pedro do Ivaí, Fênix e Lunardelli. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 82/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 62/83), que objetiva cancelar débitos com a Fazenda Estadual, existentes até 31.12.82, decorrentes de responsabilidade funcional e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 94/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 69/83), que subscreve aumento de Capital da MINEROPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel de propriedade do Estado, sito à Av. Konrad Adenauer, no bairro do Tarumã, desta Capital, com características que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 100/83, de autoria do deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que denomina "GOVERNADOR PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA", o Edifício da Companhia de Energia Elétrica - COPEL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 105/83, de autoria do deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de Utilidade Pública a "UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES - U.P.E." com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 81).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 105/83.

De autoria do ilustre deputado Márcio José de Almeida, o presente Projeto de Lei n.º 105/83, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "União Paranaense dos Estudantes UPE", com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo através da documentação apresentada, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente
CAITO QUINTANA — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 106/83, de autoria do DEPUTADO TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA" - A.P.M.I., com sede e foro no Município de Santa Fé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 81).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Parecer ao Projeto de Lei n.º 106/83.

De autoria do ilustre Deputado Tadeu França, objetiva o presente plano de lei, declarar de utilidade pública, APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Santa Fé.

Encontra-se o processo instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente.

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 115/83, de autoria do deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a "LIGA PLATINENSE DE FUTEBOL", com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Parecer ao Projeto de Lei n.º 115/83.

De autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a "Liga Platinense de Futebol", com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina.

Examinando-se o processo através da justificativa e da documentação anexa, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos na legislação estadual em vigor.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente.

ANIBAL KHURY - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Agricultura, visando a instalação de uma Unidade Veterinária para atendimento regional, no município de Ibituva. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caito Quintana constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Segurança Pública, visando a criação de um posto de identificação no município de Pranchita. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando estudos quanto ao envio de recursos financeiros para o município de Terra Boa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando estudos quanto ao envio de recursos financeiros para o município de Mamborê. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando estudos quanto ao envio de recursos financeiros para o município de Peabiru. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando o envio de materiais para o município de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo recursos financeiros para a construção da BR-158, que liga os municípios de Roncador e Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, no sentido de que, nos dissídios coletivos de trabalho ou reajuste salariais que envolvam os funcionários das empresas estatais de jurisdição estadual, seja acatada a legislação trabalhista anterior ao Decreto-Lei 2.045, permitindo o reajuste dos vencimentos e salários ao nível da Lei Federal n.º 6.708/79. — **Em discussão.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) — Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte ligando os Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, sobre o rio Paraná, entre o Porto Felício e Porto Caiuá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente do Tribunal de Justiça, visando a implantação da Comarca de Rio Branco do Sul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores prefeito municipal de Curitiba e secretário da Cultura e do Esporte, sugerindo a inclusão da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Paraná, nas programações e promoções culturais. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de cópias de pronunciamento de sua autoria, com respectivos apartes, às autoridades que indica. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, subscrito também pelos senhores líderes do PMDB e PDS, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão da sessão ordinária desta Casa de Leis, no dia 13 de outubro do corrente ano. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tuguiu Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao Detran, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, a respeito das denúncias de que 50 carteiras de motoristas trias foram apreendidas nesta semana, no Estado de São Paulo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião, com apolamento do senhor deputado Tuguiu Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, encarecendo informações quanto à disponibilidade orçamentária de recursos destinados à Comunicação Social dos diversos órgãos da administração direta e indireta do Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução nº 44/83, de sua autoria, que autoriza à Mesa promover, em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, no sentido de que autorize a "compra de vagas" das escolas, bem como o pagamentos aos municípios, do percentual devido, ou seja, 50 por cento relativo aos vencimentos dos professores municipais à disposição do Estado.— Em votação.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao senhor deputado Márcio Almeida, por 10 minutos.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Senhor presidente, senhores deputados.

Solicitamos a discussão do requerimento do nobre deputado Gilberto Carvalho, simplesmente para manifestar e justificar nossa discordância, ou seja, por uma questão de coerência, eu creio que esta Casa, através das duas bancadas, deve rejeitar o requerimento, pelo simples fato de que, exatamente há uma semana, no dia 22 de setembro, esta Casa aprovou, com a aquiescência das duas bancadas, um requerimento de minha autoria, dirigido também à Secretaria da Educação, em que se solicitava a determinação de estudos, visando a encampação das escolas da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade do Paraná.

Naquela oportunidade, eu me recordo que, inclusive, um deputado da bancada do PDS, não me recordo, no momento, o qual endossou, através de uma intervenção, aquela iniciativa, discordando das nossas justificativas, mas endossou, como uma diretriz acertada em termos de política educacional. E nós embasamos, naquela oportunidade, a nossa solicitação à Secretaria da Educação, de que determine os estudos e agilize o processo de encampação, com base na situação existente hoje, do ensino fornecido pelas escolas da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade. E sem nenhum demérito ao passado da campanha, ao seu papel, que cumpriu, numa etapa histórica, não só no Paraná como em outros Estados mormente do Nordeste, quando da ausência de uma intervenção do Estado entendido como município, governo estadual e federal - na área educacional, iniciou-se e se expandiu.

Hoje no entanto, quando, por exemplo, o levantamento feito pela Prefeitura de Londrina, município em que funcionam 5 escolas mantidas pela campanha, e o levantamento feito pela Prefeitura, realizado recentemente, se identifica que há uma baixa qualidade de ensino nas escolas em torno de 66 por cento, em relação à escola, a qualidade de ensino, e 71 por cento em relação à direção das mesmas.

Lamentavelmente, também no município de Londrina, a exemplo aqui da região do Oeste, as escolas da campanha foram utilizadas eleitoreiramente, no ano de 1982.

Não acreditamos que o nosso posicionamento contrário e é nesse sentido que usamos da palavra, para solicitar dos senhores deputados presentes que reflitam a respeito da nossa análise, ou seja, da incoerência que seria aprovar, na data de hoje, um requerimento que solicita, com urgência, a compra de vagas, pelo governo do Estado, das escolas da campanha.

Nós ouvimos atentamente, ontem, a comunicação que o nobre deputado Gilberto Carvalho fez da tribuna, sobre a eleição da nova diretoria das escolas da campanha, no Paraná.

Hoje os jornais noticiaram — sem nenhum demérito ao deputado Gilberto Carvalho, eis que inclusive companheiros do PMDB participam dessa diretoria que foi eleita — estranhamente no entanto, historicamente a presidência da campanha no Paraná sempre foi assumida por alguém detentor de um cargo de função, em alguma Secretaria, mais particularmente na área da saúde, foram diretores-presidentes, nos últimos anos, o ex-deputado Arnaldo Busato e o atual deputado Oscar Alves, quando assumiam, concomitantemente, a direção das Secretarias e da Presidência da campanha.

Não quero entrar no mérito do porquê que neste ano não se continuou com a prática histórica de se eleger à presidência da campanha, também o secretário do atual governo. Creio que não cabe, nessa análise, uma avaliação a esse respeito, mas eu penso que, na medida em que há o propósito do governo do Estado através da sua Secretaria da Educação, de contribuir para que se melhore a qualidade de ensino mantida nas escolas atualmente mantidas pela Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, através de uma encampação progressiva das mesmas, não cabe a nosso ver, a iniciativa da compra de vagas das mesmas escolas pelo governo estadual.

Eram essas as nossas justificativas por hora, senhor presidente, senhores deputados.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Concedo a palavra ao deputado Gilberto Carvalho, por dez minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor presidente, senhores deputados.

O que eu estou requerendo, é um apelo a senhora secretária da Educação, no sentido de que efetue o pagamento das compras de vagas. Compras de vaga esta, proposta não só pelas escolas da CNC, mas também pelas escolas particulares do Paraná, cujas propostas aceitas pela Fundepar, referendada e faltando unicamente o pagamento. É um compromisso da Fundepar já, porque aprovou e já comunicou às escolas. E não justifica, no final de setembro, essas escolas ficarem sem receber essa compra de vaga, qual a condição que ela tem de manutenção desta escola?

Como eu disse ontem. A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, é uma escola como o nome já diz da comunidade, é criado em cada município um setor local composto de cem membros. Esses cem membros, é que contratam o diretor, o secretário e estes os seus professores. Tem lutado com muita dificuldade, muitos professores às vezes até professor do Estado ou de outros estabelecimentos, têm vindo lecionar na campanha, recebendo às vezes valor inferior do que recebe por aula em estabelecimento do Estado - para colaborar, para fazer com que o segundo grau, que é o que está mais atuando agora a campanha, possa dar o atendimento nesses municípios onde o Estado não entrou.

Nada justifica o pedido de estadualização, isto não existe, o Estado não tem capacidade para estadualizar uma escola que tem personalidade jurídica. O que o Estado pode, isto sim, é montar um processo e criar uma escola do Estado e que já deveria ter feito há muito tempo. São 116 escolas se o Estado tem capacidade que monte o processo e crie.

Nós estamos pedindo em Lunardelli a criação do segundo grau, lá não existe da CNC, lá não existe do Estado.

É preciso que crie essas escolas. Eu disse também e estou pedindo no requerimento, que efetue o pagamento junto às prefeituras os 50 por cento referente ao convênio firmado com os prefeitos. E há poucos instantes o deputado Tadeu, anunciava quando eu fiz referência ao município de Fênix, que já foi

'pago no dia 15 e 19 de setembro. Esse pedido, esse compromisso da Secretaria do mês de julho, ela liberou na realidade dia 15 que só chegou na segunda-feira, que eu conferi agora: 1 milhão e 300 e mais 700, quando já deveria pagar só no primeiro compromisso 1 milhão e 700 e mais 700 do mês de agosto que ainda não chegou o total, só liberado agora na segunda-feira.

Conferi agora com o prefeito, só na segunda-feira desta semana, quando nós pedimos há muito tempo a liberação desse recurso.

E se é para contestar, é preciso que o deputado traga para esta Casa, o relatório do que o Ministério da Educação liberou mensalmente, de janeiro até agora e o que o Estado liberou até agora a cada município e na compra de vaga.

Aí nós vamos conferir para ver se não está havendo a retenção do recurso junto ao governo do Estado. Porque nós já estamos em setembro e o Ministério da Educação vem pagando desde janeiro.

Mas dizia também o deputado Tadeu que é uma obrigação do município o ensino gratuito até os 14 anos. Só se não tiver valor a Constituição, aqui está na Constituição: "cabe aos estabelecimentos oficiais - artigo 142 da Constituição do Estado - O ensino fundamental e do primeiro ciclo, ministrado pelo Estado e pelos municípios, é gratuito devendo o ensino oficial até ulterior ser igualmente gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento provarem falta de suficiência e de recursos".

E ainda houve neste ano mais uma alteração, que aquele recurso do salário-educação que era destinado às escolas particulares não vem mais. Vem agora direto ao Estado para que o Estado transforme e atenda os municípios dentro de suas necessidades. Então não justifica querer atribuir a responsabilidade do município, mas o Estado recebe o recurso do Ministério da Educação e não devolve.

Então é preciso que traga aqui o comprovante e o quanto foi pago - Ministério da Educação e o governo do Estado, até 29 de setembro de 1983 - quanto o governo do Estado já pagou aos municípios até 29 de setembro de 1983.

Mas voltando, sobre o meu requerimento, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, se a intenção é que tenham o melhor nível de ensino. Já foi demonstrado que não existe e que não houve participação embora tenha tido como presidente o ex-deputado e grande homem público que tanto trabalhou pelo Paraná e pelo Brasil, Arnaldo Busato, na presidência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

E depois vindo a suceder Oscar Alves que veio a ser candidato depois e por coincidência os dois foram secretários de Saúde.

Mas nós tivemos Vantuir Sâmara, médico radicado em Curitiba - Brigadeiro Eppinghaus, presidente da campanha também e agora o coronel Messias Pontoni que não são secretários de Saúde que não são funcionários. O que tem pedido é a participação da classe política, porque entendemos que a classe política fazendo a política séria, a política de bem servir a comunidade, e estão os políticos à altura de conhecer a necessidade de cada município.

E nesta eleição de ontem foi eleito para esta diretoria além do meu nome como vice-presidente da campanha, consta também o Borges da Silveira como um dos membros da campanha; consta também o nome do deputado Acir Mezzadri, como membro da campanha.

Então não existe cor partidária, todos participam e a campanha não visa lucro, a campanha não tem dono, em cada município a comunidade é que dirige e eu desafio que estou há 16 anos na campanha, que um município sequer, uma escola que apresente que durante todos os meus quatro mandatos se eu fui uma vez em um desses municípios para pleitear voto em época de eleição ou fora de época de eleição. Nunca!

Sempre tenho procurado sim, ajudar as escolas, como a

criação de um setor local do município de Quinta do Sol, do município de Fênix, do município de Rio Bom, do município de Kaloré, todos esses com a minha participação; e lutando com muita dificuldade o município de Bom Sucesso, o município de São Pedro do Ivaí que não têm tido uma ajuda do governo e nem ajuda do município.

Para isso ontem ainda reiterei às escolas que façam o orçamento na sua realidade e que as mensalidades, porque o que indica a campanha é que os associados é que mantenham a escola. Mas, como na prática nós sabemos o que funciona é o pai do aluno, é que entra como associado e às vezes o próprio aluno para cobrir as suas despesas que veja a realidade para que a campanha seja autossuficiente e depois o prefeito, ou o político ou quem queira ajudar a campanha que ceda, que dê uma bolsa de estudos, que compre a vaga para o aluno carente.

Aí não haverá reclamação. Mas nós estamos de acordo e queremos melhorar, cada vez mais, o nível de ensino, mas o Estado, se está propenso, não precisa se preocupar em estadualizar, porque ele não tem capacidade para isso, que crie os setores, que crie as escolas estaduais em cada um desses municípios, montando o processo e criando a escola do Estado. Se ela for melhor, automaticamente a campanha nacional de escola da comunidade será fechada.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, o meu apelo para que aprove esse requerimento, que é simplesmente fazendo um apelo à secretária para que efetue o pagamento.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Está em votação o requerimento do deputado Gilberto Carvalho. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Gilberto Carvalho, queiram levantar-se.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, permaneçam como estão.

Quatro senhores deputados o aprovam, 11 senhores deputados o rejeitam.— Encerrada a discussão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 06 e 82/83. E dos Projetos de Lei n.ºs 27, 68 e 99/83.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 82, 94 e 100/83.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 105, 106 e 115/83.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 89/83.
E do Projeto de Resolução n.º 44/83.

Levanta-se a sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1983.**

QUINTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Fiori Luiz, secretariada pelos senhores deputados Orlando Pessuti e Tuguio Setogutte. Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes

senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 53/83, (Mensagem nº 55/83), que aprova termos aditivos datados de 29/12/82, aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 1º/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "Prosafras", no exercício de 1982.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os terceiros termos aditivos datados de 29 de dezembro de 1982, aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 1º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os seguintes municípios: Céu Azul, nº 329/82; Colorado, nº 330/82; Congonhinhas, nº 331/82; Conselheiro Mairinck, nº 332/82; Grandes Rios, nº 333/82; Jandaia do Sul, nº 334/82; Jundiá do Sul, nº 335/82; Mandaguá, nº 336/82; Maringá, nº 337/82; Nova Santa Rosa, nº 338/82; Paraíso do Norte, nº 339/82; Porto Rico, nº 340/82; Ribeirão do Pinhal, nº 341/82; Salto do Itararé, nº 342/82; Tapira, nº 343/82; Terra Rica, nº 344/82; e Xambrê, nº 345/82, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras — Prosafras, no exercício de 1982.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 57/83, (Mensagem nº 54/83), que aprova os segundos termos aditivos de 29/12/82 aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 1º/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "Prosafras", no exercício de 1982.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os segundos termos aditivos datados de 29 de dezembro de 1982, aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 1º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Amaporã, Barracão, Borrazópolis, Califórnia, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Dois Vizinhos, Doutor Camargo, Fênix, Flórida, Francisco Beltrão, Guairaçá, Guaraci, Guaranicau, Iguaçu, Inácio Martins, Indianópolis, Itambé, Itapejara do Oeste, Ivatuba, Japira, Jataizinho, Laranjeiras do Sul, Leopoldina, Manoel Ribas, Marialva, Marilena, Marumbi, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Olímpia, Palmital, Paranacity, Paranapoema, Paranaíba, Pérola, Pinhalão, Pitanga, Salto do Lontra, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Izabel do Ivaí, Santana do Itararé, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Sudoeste, São Pedro do Ivaí, Tapejara, Tomazina e Umuarama, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafras, no exercício de 1982.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 19 de dezembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 67/83, (Mensagem nº 60/83), que aprova os termos de cooperação técnica e financeira nºs 25 a 46/83, celebrados em 07/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "Prosafras", no exercício de 1983.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 67/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 07 de março de 1983, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os seguintes municípios: Itaguapé, nº 25/83; Jaboti, nº 26/83; Jardim Onda, nº 27/83; Lapa, nº 28/83; Loanda, nº 29/83; Lobato, nº 30/83; Londrina, nº 31/83; Mangueirinha, nº 32/83; Mirassol, nº 33/83; Moreira Salles, nº 34/83; Nova Londrina, nº 35/83;

Nova Olímpia, nº 36/83; Nova Prata do Iguaçu, nº 37/83; Nova Aliança do Ivaí, nº 38/83; Palmas, nº 39/83; Maringá, nº 40/83; Paraíso do Norte, nº 41/83; Paranacity, nº 42/83; Piên, nº 43/83; Pinhalão, nº 44/83; Planaltina do Paraná, nº 45/83 e Ponta Grossa, nº 46/83, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - Prosafras, no exercício de 1983.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.
(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 69/83, (Mensagem nº 77/83), que aprova os termos de cooperação e compromisso celebrados em 30/12/81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando construção de terminais rodoviários de Passageiros, nos referidos municípios.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69/83
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos de cooperação e compromisso, celebrados em 30 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Mamborê, Mandaguáçu, Maria Helena, Marilândia do Sul, Mariluz, Marumbi, Moreira Salles, Nova Aurora, Nova Fátima, Pérola do Oeste, Pitanga, Rancho Alegre, Ribeirão Claro e Ribeirão do Pinhal, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros nos referidos municípios.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.
(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 73/82, (Mensagem nº 72/83), que aprova os termos de cooperação e compromisso celebrados entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e os municípios que especifica, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nos referidos municípios.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73/83.
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos de cooperação e com-

promisso celebrados em 30 de dezembro de 1981, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e os municípios de Ampère, Araruna, Assis Chateaubriand, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Barracão, Califórnia, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Congonhinhas, Fênix, Jataizinho, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Icaraíma e Jardim Alegre, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nos referidos municípios.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1983.
(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA — Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado EDMAR LUIZ COSTA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o senhor deputado Edmar Luiz Costa avocou e relatou os seguintes processos: Projeto de Lei nº 156/82, de autoria do senhor deputado Egon Pudell. Projeto de lei nº 129/82, de autoria do senhor deputado Erondy Silvério. Projeto de Lei nº 34/83, de autoria do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira. Projeto de Lei nº 71/83, de autoria do senhor deputado Roberto Requião. Projeto de Lei nº 72/83, de autoria do senhor deputado Edmar Luiz Costa. Projeto de Lei nº 74/83, de autoria do senhor deputado Erondy Silvério. Projeto de Lei nº 85/83, de autoria da senhora deputada Irondi Pugliesi. Projeto de Lei nº 95/83, de autoria do Poder Executivo — Mensagem nº 70/83. Projeto de Lei nº 96/83, de autoria do Poder Executivo — Mensagem nº 83/83. Projeto de Lei nº 99/83, de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, relatórios estes que foram aprovados sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente;
(a) Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário